

**6**

**Cadernos Temáticos  
da Cultura Histórica**

**A trajetória política  
de Prestes Guimarães**

**MARILUCI MELO FERREIRA**



EDIUPF

1998. N. 6

CENTRO DE PESQUISAS  
HISTORIOGRÁFICAS DO  
RIO GRANDE DO SUL

**CPHRS**



Mariluci Melo Ferreira

**A trajetória política de Prestes  
Guimarães**



Projeto  
**Passo Fundo**  
Apoio à cultura

2014



Mariluci Melo Ferreira

**A trajetória política de Prestes  
Guimarães**

Passo Fundo  
Projeto Passo Fundo  
2014

Projeto Passo Fundo

Página na internet: [www.projetopassofundo.com.br](http://www.projetopassofundo.com.br)

e-mail para contato: [projetopassofundo@gmail.com](mailto:projetopassofundo@gmail.com)

Disponível no formato eletrônico /E-book.

Do livro: História, Política. -Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

Todos os direitos reservados ao Autor.

O conteúdo deste sitio NÃO pode ser reproduzido, copiado, gravado, transcrito ou transmitido por meios mecânicos, fotográficos ou eletrônicos, sem a citação de autoria, nos termos da licença

**[Creative Commons Atribuição-Compartilha Igual 3.0 Não Adaptada.](#)**

Para ver uma cópia desta licença, visite:

[creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/deed.pt\\_BR](http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/deed.pt_BR) ou envie uma carta para Creative Commons, 444 Castro Street, Suite 900, Mountain View, Califórnia, 94041, USA.

Revisado em: 30/01/2014

F383t Ferreira, Mariluci Melo

A trajetória política de Prestes Guimarães [recurso eletrônico] / Mariluci Melo Ferreira. – Passo Fundo : Projeto Passo Fundo, 2014.

E-book (formato PDF).

ISBN 978-85-8326-053-0

Modo de acesso: World Wide Web:  
<<http://www.projetopassofundo.com.br>>.

1. Rio Grande do Sul – História. 2. Guimarães, Antonio Ferreira Prestes, 1837-1911. 3. Política – História. I. Título.

CDU: 981.65

Bibliotecária responsável Schirlei T. da Silva Vaz - CRB 10/1364

## **Sumário**

APRESENTAÇÃO.....	9
INTRODUÇÃO .....	11
1 QUADRO POLÍTICO LOCAL DA EMANCIPAÇÃO ATÉ A CONSOLIDAÇÃO DO MODELO REPUBLICANO .....	15
2. A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE PRESTES GUIMARÃES .....	39
2.1 Prestes Guimarães na historiografia gaúcha.....	39
2.2 Trajetória política de Prestes Guimarães .....	46
3 REVOLUÇÃO FEDERALISTA E LIDERANÇA MARAGATA EM PASSO FUNDO .....	60
3.1 Prestes na Revolução Federalista.....	60
3.2 Passo Fundo Pós-Revolução .....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
BIBLIOGRAFIA .....	80
FONTES PRIMÁRIAS.....	83



## **APRESENTAÇÃO**

Os Cadernos Temáticos de Cultura História constituem-se numa série de textos sobre diferentes temas da histórica, que pretendem servir como materiais didáticos para estudantes de história e áreas afins.

Agregam-se nesta publicação também temas historiográficos resultantes de pesquisas, bem como textos teórico-metodológicos.

Esta proposta faz parte de uma série de projetos em andamento, vinculados ao Centro de Pesquisas Historiográficas do Rio Grande do Sul – CPG/RS – do curso de História da Universidade de Passo Fundo.

A Coordenação



## INTRODUÇÃO

A história nacional, dominante no século dezenove, atualmente tem de competir com a história regional (...) para conseguir atenção<sup>1</sup>.

O período de transição do centralismo monárquico para a República federativa, no Brasil deu-se em meio a conflitos partidários em boa parte do território nacional. Em nível de Rio Grande do Sul, esses conflitos foram desencadeados em função do bipartidarismo político – Partido Liberal<sup>2</sup> e Partido Conservador<sup>3</sup> -, duas facções que, embora com base conservadora, tinham posturas ideológicas completamente díspares.

O acirramento entre os dois blocos partidários culminou com a Revolução Federalista de 1893 que, por trinta meses, manchou de sangue o solo rio-grandense em batalhas alimentadas pelo ódio e pelo fanatismo político.

Nos diversos municípios gaúchos, os republicanos e os federalistas agruparam-se em torno de chefes políticos locais. Em Passo Fundo, os seguidores de Júlio de Castilhos organizaram-se sob a liderança do coronel Chicuta, Gervásio Lucas Annes e Lucas José de Araújo; os gasparistas (federalistas) reuniram-se em torno dos chefes Borges Vieira, Veríssimo da Veiga e Antonio Ferreira Prestes Guimarães. Em termos de forças federalistas na região serrana do estado, estas tiveram como seu

---

<sup>1</sup> BURKE, Peter (org.) A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Edusp, 1992. p. 7.

<sup>2</sup> O Partido Liberal evoluiu para o Partido Federalista.

<sup>3</sup> Uma facção importante do Partido Conservador fundou, mais tarde, o Partido Republicano Rio-Grandense.



maior expoente o major Prestes Guimarães, no que concorda a maioria dos autores que escreveram sobre a Revolução Federalista em Passo Fundo.

O trabalho de sistematizar os dados biográficos de uma liderança local, apagada propositadamente pela historiografia gaúcha, exigiu o resgate dos dados elaborados anteriormente acerca do nosso objeto de pesquisa. Entretanto, já foi dito “que a biografia por si mesma já não significa um trabalho histórico de proporções realmente científicas”<sup>4</sup>.

Pretendeu-se, então, ir além do resgate dos dados biográficos de um representante do grupo políticos perdedor; o desafio a que nos lançamos no início dos trabalhos de produção historiográfica foi pesquisar as articulações políticas de Prestes Guimarães, enquanto membro de uma família relevante politicamente no município de Passo Fundo desde a sua emancipação; participante ativo do movimento abolicionista local, líder do Partido Liberal e principal chefe das forças oposicionistas do Norte do Rio Grande do Sul na Revolução de 1893.

Tendo presente, que, num curso de especialização, tem-se um momento da produção do conhecimento, que é construído com base em hipóteses previamente estabelecidas e deve representar um salto qualitativo, temos como preocupação romper com a empatia da ótica dos senhores, usando os termos de Walter Benjamin<sup>5</sup>.

O estudo acerca da trajetória política de Prestes Guimarães num município que teve a maior parte de sua história escrita por representantes da elite local, no caso, membros do Partido Republicano, foi um trabalho que trouxe muitas dificuldades. Para começar, esse tipo de historiografia, pelas características que lhe são inerentes, vem caindo em desprestígio. A história política, entretanto, apesar das antipatias que conquistou, jamais

---

<sup>4</sup> FLORES, Elio. Juca Tigre e o caudilhismo maragato: poder, tempo e memória. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1995. p. 9.

<sup>5</sup> BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter: Magia, técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994.

desaparecerá por completo. “Sob a forma narrativa, biográfica, psicológica, ela continua a representar quantitativamente uma fração importante, possivelmente dominante da produção livresca consagrada ao passado”<sup>6</sup>.

É fato que as biografias, por longos anos, procuraram consolidar personagens; em outros termos, “eleva-se a personalidade, o mito e o privado como fatores condicionantes da história social e política”<sup>7</sup>. A nossa pretensão é deixar de lado essa tendência positivista linear, buscando, por meio deste trabalho, recolocar na história regional um personagem esquecido pela maioria dos historiadores, não pelas características pessoais, mas por ser representante de uma esfera perdedora na história política local.

Outra dificuldade encontrada na realização deste estudo foi o problema das fontes de pesquisa. Buscamos, antes de mais nada, levantar como foi passada a visão de Prestes Guimarães na historiografia gaúcha, a começar por aqueles que vivenciaram o período de transição da Monarquia para a República e que o conheceram pessoalmente, como foi o caso do historiador Passofundense Francisco Antonino Xavier e Oliveira. Apesar de ser representante da elite local, facção política contrária ao partido de Prestes, é principalmente em seus registros que encontramos a comprovação da importância de Prestes Guimarães na história política de Passo Fundo, especialmente no período de transição da Monarquia para a República. A partir daí, procurou-se remontar a trajetória política de Prestes Guimarães por meio de publicações de sua época, de discursos de sua autoria transcritos nos Annaes da Assembleia Provincial e da produção da imprensa local acerca da vida pública do chefe maragato. Feito isso, constatamos que a bibliografia existente sobre o tema é bastante limitada e que os registros oficiais emanados do governo e conservados em arquivos históricos, apesar de se constituírem numa

---

<sup>6</sup> JULLIARD, Jacques A política. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (Orgs.). História: novas abordagens. 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 181.

<sup>7</sup> FLORES, Elio. Op. cit. p. 9.



importante fonte de pesquisa, geralmente expressam o ponto de vista oficial, ou seja, a posição dos vencedores.

Para tanto, dividimos o trabalho em três partes: de início, procuramos situar e discutir o quadro político local da emancipação até a consolidação do modelo republicano; no segundo capítulo, passamos para o tema desta pesquisa, elucidando, primeiramente, de que maneira a historiografia gaúcha tratou da trajetória política deste chefe federalista Passofundense; em seguida, tratamos da Revolução Federalista e da liderança maragata em Passo Fundo, reolocando Prestes Guimarães no cenário da disputa partidária local; por fim, procuramos analisar o retorno do líder gasparista à sua terra natal após o fim da Revolução de 1893.



# **1 QUADRO POLÍTICO LOCAL DA EMANCIPAÇÃO ATÉ A CONSOLIDAÇÃO DO MODELO REPUBLICANO**

Durante longos anos, até o início do século XIX, boa parte do território do Rio Grande do Sul ainda estava por ser colonizada, porque o desenvolvimento econômico do estado somente era possível ao longo das águas navegáveis, únicas vias de transporte de mercadorias:

As povoações que se formassem distantes daqueles caminhos d'água, não poderiam exercer o comércio e o intercâmbio, a não ser pelo processo morosíssimo do cargueiro e da carreta, somente possíveis para os transportes de pequenos volumes<sup>8</sup>.

Aí está, por certo, o fator que determinou a disparidade de crescimento entre as vilas que se formaram no Rio Grande naquele período.

Apesar, de se constituir num ponto de passagem obrigatória para os tropeiros que levavam o gado do Sul para as feiras de Sorocaba, Passo Fundo levou muitos anos para ser de fato povoado pelos homens brancos. Segundo a historiografia tradicional<sup>9</sup>, o motivo que impossibilitou o imediato desenvolvimento da vila de Passo Fundo foi a presença dos

---

<sup>8</sup> FERREIRA FILHO, Arthur: História geral do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1978. P. 83.

<sup>9</sup> OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e, Annaes do município de Passo Fundo. Coord, por Marília Mattos (e outros). Passo Fundo: Gráfica UPF Aspectos históricos.



indígenas os quais manifestavam forte resistência à fixação do elemento branco na região. Quando os primeiros europeus chegaram ao futuro território Passofundense, este estava ocupado por nativos dos grupos tupi-guarani e jê. Também habitavam aqui os índios caingangues, batizados pelos colonizadores europeus de coroados.

Somente no ano de 1827 é que, controlada a resistência indígena, chegou à região para estabelecer residência o alferes Rodrigo Félix Martins, que se fixou nas proximidades do atual município de Carazinho, a 40 km de Passo Fundo ; na mesma época, também chegaram com suas respectivas famílias Alexandre da Motta, Bernardo Paes e Manoel José das Neves<sup>10</sup>. Este último, e outros migrantes oriundos de São Paulo e Curitiba formaram aqui um pequeno núcleo habitacional que deu origem à vila de Passo Fundo. Os aspectos físicos desta região, com certeza, foram de grande valia para esses homens que para cá vieram com sua gente e seus escravos no intuito de colonizar o local e de estabelecer suas fazendas criatórias extrativistas.

Lugar de importante riqueza natural, dispendo de campos magníficos para a criação de gado e de vastíssimos ervais para o fabrico da erva-mate, essas vantagens ao lado da facilidade de aquisição das terras (...) trouxeram-lhe rápido desenvolvimento por via da fundação de importantes fazendas (...) <sup>11</sup>.

A fundação das primeiras fazendas possibilitou o surgimento de povoados, pois, em torno da casa do fazendeiro, os agregados e escravos construam seus ranchos de acordo com as suas possibilidades. Com o

---

<sup>10</sup> O cabo Neves era avô materno de Antônio Ferreira Prestes Guimarães.

<sup>11</sup> OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. Op. cit. p. 75



passar dos anos, outros moradores estabeleceram-se nas redondezas. Meia década após a chegada dos primeiros moradores, a localidade já contava com mais de uma centena de habitações fixas.

No período imperial brasileiro, a união entre o Estado e a Igreja estabelecia a obrigatoriedade da existência de uma capela para que um aglomerado populacional pudesse ser de fato, oficializado<sup>12</sup>. Com o objetivo de ser oficialmente reconhecido como povoado construiu-se, em 1835, a capela Nossa Senhora da Conceição do Passo Fundo.

No ano de 1834, Passo Fundo passou a constituir o 4º distrito do município de Cruz Alta<sup>13</sup>, sendo, logo em seguida, designado Joaquim Fagundes dos Reis para o cargo de juiz de paz e, com suplentes, Bernardo Castanho da Rocha, Rodrigo Félix Martins e João dos Santos. Também foi nomeado José Prestes Guimarães<sup>14</sup> para escrivão de paz.

Como é sabido, toda revolução provoca uma retração na economia, além de causar perdas humanas e a consequente desestruturação de famílias. Nos anos da Revolução Farroupilha, o distrito de Passo Fundo, apesar de não constituir um ponto importante, foi por diversas vezes atravessado por tropas em guerra, que reuniam homens por onde passavam para engrossar as fileiras revolucionárias e arrecadavam gado para servir de alimento e transporte na revolução.

Nas diversas localidades gaúchas, os estragos resultantes das operações bélicas eram visíveis:

---

<sup>12</sup> ÁVILA, Ney Eduardo Possapp d' Passo Fundo: Terra de Passagem. Passo Fundo: Aldeia Sul, 1996. p. 59.

<sup>13</sup> A freguesia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta, futuro centro político e econômico do Planalto Médio do século XIX, foi fundada em 1821. A emancipação de Cruz Alta concretizou-se em 1834.

<sup>14</sup> Pai de Antônio Ferreira. P. Guimarães.

(...) era tal a miséria reinante, que a população, reduzida a quase nudez, alimentava-se exclusivamente de carne, aliás dificilmente obtida, pela falta de gado. Gêneros de primeira necessidade, como sal, farinha e outros, não havia a preço algum, nem podiam vir de fora por estarem cortadas as comunicações<sup>15</sup>.

Finda a Revolução Farroupilha, o distrito teve a sua população reduzida sensivelmente, pois aqueles que tinham condições retiraram-se com suas famílias e seus bens para localidades mais seguras, fora da rota dos corpos beligerantes. Permaneceram com suas moradias, entre outros, o capitão Manoel José das Neves<sup>16</sup> que, com um contingente da Guarda Nacional, mantinha o povoado sob sua custódia, e José Prestes Guimarães.

Pela lei provincial nº 99. De 26 de novembro de 1847, a capela de Passo Fundo foi elevada à condição de freguesia<sup>17</sup>, sendo, a partir de então, denominada freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Passo Fundo.

Entre o final da Revolução Farroupilha e o ano de 1857 – emancipação política -, Passo Fundo registrou um considerável aumento populacional em razão de terem se estabelecido aqui paulistas e paranaenses, trazendo agregados e escravos; da mesma forma, famílias europeias afluíram ao distrito. Nesse período, também se fixou em Passo Fundo o comerciante Manoel José d'Araújo<sup>18</sup> que, juntamente com

---

<sup>15</sup> OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. Op. it. p. 76

<sup>16</sup> Conforme GEHM, D. R., em Passo Fundo, através do tempo, p. 18, durante a Revolução Farroupilha, Manoel José das Neves foi nomeado alferes da Guarda Nacional, assumindo depois o cargo de capitão.

<sup>17</sup> Por freguesia entende-se um distrito eclesiástico governado por um vigário ou pároco.

<sup>18</sup> Segundo registros de Antonino Xavier, estabeleceu-se em 1841.



Joaquim Fagundes dos Reis, engajou-se na campanha pela emancipação do distrito.

O município de Passo Fundo foi instituído pela Assembleia Provincial pelo ato nº 340, de 28 de janeiro de 1857. O período decorrido do ato da emancipação até agosto do mesmo ano correspondeu ao período de preparação para a instalação da Câmara Municipal, o que se concretizou com a posse dos vereadores eleitos, entre eles Manoel José d'Araújo, ocupando a cadeira de presidente da Câmara<sup>19</sup>. No ano da emancipação, Manoel d'Araújo tinha o posto de capitão da Guarda Nacional.

Quando se faz um estudo em torno do contexto político de determinado município, jamais se deve perder de vista o quadro geral da economia e da política no qual ele está inserido. Em linhas gerais, o período imperial foi marcado por governos arbitrários, fraudes eleitorais, golpes de Estado e revoltas locais. A Monarquia brasileira era a única que persistia em toda a América e, para mantê-la, D. Pedro precisou utilizar estratégias políticas que contentassem tanto os seus defensores quanto os adversários. Nesse sentido, ora nomeava os liberais, ora os conservadores para a presidência das províncias. Foram essas alternâncias partidárias que garantiram a manutenção do sistema até 1889: “Autonomia provincial não havia e, portanto, a elite regional, disposta a interferir no processo político-administrativo, via suas possibilidades decisórias solapadas”<sup>20</sup>.

A política financeira do governo central, entretanto, gerava um constante mal-estar na província gaúcha, que não se conformava com os moldes dessa política. O Rio Grande do Sul contribuía com considerável numerário para o Tesouro nacional na forma de tributos, entretanto quase nada revertia em seu benefício. Assim é que, nas décadas de 1860 e

---

<sup>19</sup> Na época, o presidente da Câmara de Vereadores respondia também como chefe do Executivo, ou seja, como prefeito municipal.

<sup>20</sup> PICCOLO, Helga Landgraf. A política rio-grandense no Império. In: DACANAL, J. H. e GONZAGA, S. (Orgs). RS: economia e política. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990. p. 97.



1870, a economia municipal estava em crise. Durante esses anos, o comércio de exportação<sup>21</sup> era a base da economia local, porém a desvalorização da erva-mate serrana em virtude da falsificação do produto pelos plantadores, na busca de maior rentabilidade, ocasionou a queda na exportação desse gênero. Além disso, a evasão de um grande número de homens ativos que foram engrossar as fileiras na guerra contra o Paraguai foi outro fator que determinou a retração na economia Passosfundense no período em apreço.

No período imperial, a organização política de Passo Fundo apresentava-se de acordo com os ditames da Constituição do Império, outorgada em 1824. A eleição de vereadores municipais era realizada de quatro em quatro anos, juntamente com a escolha de juizes de paz. Nas vilas, eram eleitos sete vereadores e, nas Cidades, eram nove as cadeiras na Câmara<sup>22</sup>. Essa determinação perdurou até 1881, quando passou a vigorar o decreto nº 3029, de 9 de janeiro, a chamada Lei Saraiva. Por essa lei, estipulou-se que o presidente da Câmara Municipal não mais seria o mais votado; a partir de então, deveria ser eleito anualmente pelos demais componentes do Poder Legislativo.

No dia 7 de setembro de 1860, realizou-se a eleição para vereadores para o período 1861-1864, elegendo-se José Joaquim Marques de Souza Júnior (presidente), José Prestes Guimarães, Cesário

---

<sup>21</sup> Mulas para Sorocaba, erva-mate e para os países do prata e pedra ágata para a Alemanha.

<sup>22</sup> De acordo com a Constituição do Império, outorgada em 1824, no capítulo II, Das Câmaras Municipais, título 7, página 30: “Art. 167. Em todas as Cidades e Vilas ora existentes, e nas mais, para que o futuro se criarem haverá Câmaras, as quais compete o governo econômico e municipal das mesmas Cidades e Vilas. Art. 168. As Câmaras serão eletivas e compostas do número de vereadores que a Lei designar, e o que obtiver maior número de votos será Presidente. Art. 169. O exercício de suas funções municipais, formação das suas Posturas policiais, aplicação das suas rendas. E todas as suas particulares, e úteis atribuições, serão decretadas por uma Lei regulamentar.”



Antonio Lopes, capitão José Gabriel de Almeida Maia, tenente Francisco José dos Santos, alferes Francisco Batista Rosa e alferes Benedito Pinto de Moraes.

Dezesseis anos após a emancipação, foi criada a Comarca de Passo Fundo, tendo o Dr. Benedito Marques da Silva Acauã assumido o cargo de juiz substituto. Em 1891, a vila de Passo Fundo adquiriu foros de cidade.

Passo Fundo, assim como outros municípios gaúchos, pela posição geografia do Rio Grande do Sul, participou da guerra contra o Paraguai, tendo sido recrutados mais de dois mil Passofundenses entre praças e oficiais. Teve destacada atuação nas operações bélicas o então major Francisco Marques Xavier Chicuta. Além daqueles que marcharam diretamente para a nova frente de batalha, também houve casos de cidadãos abastados que contribuíram financeiramente para o sucesso das investidas brasileiras na guerra. Antonino Xavier registrou que o então capitão Antônio Ferreira Prestes Guimarães, entre outros oficiais Passofundenses, contribuiu com uma quota em dinheiro para compra de armamento<sup>23</sup>.

Na última década do regime monárquico, o município contava com 16 mil habitantes, distribuídos em 80 000 km<sup>2</sup>; apresentava algumas áreas agricultáveis em Carazinho, no município-sede, em Marau, Casca, Serafina Correa e Guaporé; o restante era mata araucária. A atividade econômica dominante era o comércio (erva-mate, fumo, secos e molhados) através da rota dos tropeiros. A elite local era formada por fazendeiros, advogados, médicos e comerciantes.

Antes de 1889, o Partido Liberal era o que mais elegia deputados provinciais, cujo domínio se tornou inquestionável. Sob a liderança de Gaspar Silveira Martins, o Partido Liberal atuou na década de 1880 em três questões econômicas: transportes, impostos e créditos. Por esses anos, duas lideranças do PL em Passo Fundo fizeram parte da Assembleia

---

<sup>23</sup> Cf. OLIVEIRA, Antonino Xavier. Op. Cit. p. 98



Provincial: o major Antônio Ferreira Prestes Guimarães e o Dr. Cândido Lopes de Oliveira. Como prolongamento dessa hegemonia política, desde a emancipação até 1878, o partido de Gaspar Silveira Martins representou a quase unanimidade do eleitorado Passofundense; os votos dos conservadores eram inexpressivos. Entretanto, já existia, desde 1857, uma tendência a duas correntes políticas distintas e, com o passar dos anos, percebia-se claramente a dualidade partidária no município. Em 1888, havia no município duas bandas de música: uma liberal (a de Quirino Barbosa) e outra conservadora (a de Antônio Felipe Moreira). Advogados, na época, também havia dois: um que representava a facção liberal (major Prestes Guimarães) e outro, a conservadora (Gervásio Lucas Annes).

Quando Passo Fundo foi emancipado, o Partido Liberal era chefiado pelo capitão Manoel José de Araújo e, depois, pelo cel. Antônio Mascarenhas Camello Junior. Quando esse se mudou para São Paulo, deixou em seu posto o major Prestes Guimarães.

Segundo consta nos registros de Antonino Xavier, no ano de 1878, surgiu uma dissidência interna no Partido Liberal, encabeçada pelo Dr. Cândido Lopes de Oliveira e pelo major Manoel Theodoro da Rocha Ribeiro. Esse racha persistiu e assumiu a forma de partido, disputando votos com major Prestes Guimarães. Os dissidentes contavam com o apoio dos conservadores – embora em número reduzido ainda -, liderados por Gervásio Lucas Annes e Jerônimo Fernandes de Oliveira, simpáticos ao movimento republicano. Por fim, no ano de 1889, foi oficialmente criado em Passo Fundo o Partido Republicano:

Extinto, pois, o partido Conservador, as lutas políticas tiveram como contentores, a partir de então, os liberais e os republicanos, realizando-se o primeiro encontro entre ambos na eleição geral de 31 de agosto, última que teve lugar na monarquia<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier. Op. cit. p. 70



A propagando republicana, porém, já ganhara adeptos em Passo Fundo ainda na década de 1870. Por esses anos, sabe-se da existência de um clube informal que atuava na clandestinidade como ponto de encontro dos republicanos Passofundenses. Os adversários políticos apelidaram a agremiação pejorativamente de Clube do Toco de Vela, talvez porque as reuniões eram realizadas à noite, iluminadas com velas.

Convém aqui abrir um parêntese para exemplificar a situação do historiador, que permite que suas ideias e seus valores sejam percebidos nas entrelinhas. Ao tratar do apelido Clube do Toco de Vela dado pelos liberais, Antonino Xavier observou que o termo empregado não passava de uma brincadeira de mau gosto: “zombaria que, entretanto não impediu que a sua claridade, mais de meio século depois viesse iluminar essa resumida história da República em Passo Fundo”. (Oliveira: 1992:3, 392). Aqui o historiador reconhece sua tendência republicana.

O abandono da causa liberal por parte de certos líderes influentes representou o enfraquecimento do Partido Liberal porque, retirando-se do partido, esses elementos levavam consigo o seu eleitorado, engrossando as fileiras adversárias. Além dos conservadores liderados por Gervásio Lucas Annes, os liderais dissidentes ainda tiveram a seu favor dois oficiais da Guarda Nacional e ex-combatentes da guerra contra o Paraguai, o cel. Francisco Marques Xavier – o coronel Chicuta – e o major honorário Lucas José d’Araújo. Constatava-se, assim, em Passo Fundo o mesmo fenômeno que ocorria no país:

Oficiais que lutaram no Paraguai haviam voltado com ideias republicanas, absorvidas tanto dos camaradas argentinos cômodos prisioneiros paraguaios (...) o certo é que com essa filiação, os “pica-paus” ou “chimangos”, assim foram apelidados os adeptos do PRR, garantiram por largos anos, em Passo Fundo, o mando quase absoluto<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> AVILA, Ney Eduardo Possapp d’. op. cit. p. 117.



Ocorre que, a partir da Guerra do Paraguai, os militares passaram a exigir o reconhecimento da classe política, não interessando se quem estava no poder eram os liberais ou os conservadores, ou seja, essa guerra acabou politizando o exército nacional.

Em nível estadual, a propaganda republicana tinha um importante meio difusor, o jornal *A Federação*, organizado e dirigido por jovens recém-formados em direito, imbuídos do pensamento de Augusto Comte, entre eles, Júlio Prates de Castilhos, Ramiro Barcelos, Barros Cassal e Venâncio Aires.

No mesmo intuito de difundir o republicanismo em Passo Fundo, fundou-se no município, em 1890, o periódico *Eco da Verdade*, de publicação semanal. Funcionou essa folha republicana por um ano e meio, sendo gerenciada por Manoel Francisco de Oliveira, tendo como colaboradores o coronel Gervásio Lucas Annes, Gezerino Annes, Antonio Manoel de Araújo, Saturnino Vitor de Almeida Pilar. Dr. Cândido Lopes de Oliveira, Gabriel Bastos e Gasparino Lucas Annes. Em substituição ao *Eco da Verdade*, fundou-se em 1892 o jornal *17 de junho*, com idênticos objetivos do impresso anterior e dirigido pelo cel. Gervásio Lucas Annes, cujos colaboradores eram os mesmos daquele.

Na historiografia tradicional do município, pouca ênfase se deu à existência de negros escravos e libertos no planalto médio gaúcho; entretanto, sobre a campanha abolicionista no município, há um acervo considerável: “aí é narrada e enaltecida a postura do branco sensibilizado com as agruras da condição servil, porém, nada diz da luta dos dominados”<sup>26</sup>.

A benevolência com que eram tratados os trabalhadores escravos no Rio Grande do Sul, assim como o reduzido número de cativos são mitos da história deste estado que começaram a ser derrubados

---

<sup>26</sup> Idem, *Ibidem*. p. 111.



recentemente, com a realização de estudos científicos em torno das relações escravistas de produção no extremo sul do Brasil<sup>27</sup>.

Paralelamente ao movimento republicano, começou a ganhar espaço no meio político e intelectual a propaganda pró-abolição da escravatura no Rio Grande do Sul. É importante frisar que, quanto à questão do escravismo, os liberais, já na década de 1870, garantiram sua posição antiescravista, embora, segundo eles, a abolição devesse ocorrer lentamente para não abalar o sistema produtivo.

Seguindo o exemplo de outras cidades da província, a ideia da gradativa libertação de escravos tomou a forma de movimento popular no município. Congregando em torno de cinquenta Passofundenses, foi fundada, no dia 13 de agosto de 1871, a Sociedade Emancipadora de Crianças do Sexo Feminino, tendo como um de seus fundadores o então major Antônio Ferreira Prestes Guimarães, que, no ato da fundação, passou a assumir a função de secretário da entidade, presidida pelo Dr. Cândido Lopes de Oliveira, ambos militantes do Partido Liberal: “era, na verdade, uma entidade tímida, parcialmente abolicionista em seus objetivos e conciliadora em sua prática”<sup>28</sup>.

Mais de meia centena de Passofundenses assinaram a ata da fundação da Sociedade Emancipadora<sup>29</sup>. Treze anos depois de sua fundação, em sessão solene realizada em 3 de setembro, a Câmara Municipal aprovou por unanimidade a moção apresentada pelo vereador líder do Partido Liberal, major Prestes Guimarães<sup>30</sup>, propondo a abertura

---

<sup>27</sup> Sobre o escravismo no Rio Grande do Sul, ver Mário Maestri, que escreveu *O escravo no Rio Grande do Sul. A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho* (1984). Também Cláudio Moreira Bento publicou *O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul* (1976). Günter Weimer escreveu *O trabalho escravo no Rio Grande do Sul* (1991).

<sup>28</sup> ÁVILA, Ney Eduardo Possap d'. Op. cit. p. 114.

<sup>29</sup> A cópia da ata da fundação da Sociedade Emancipadora está exposta no Museu Histórico Regional de Passo Fundo; o original pertence atualmente ao arquivo Antonino Xavier e Oliveira.

<sup>30</sup> Então presidente da Câmara

de uma campanha pela libertação incondicional dos escravos em Passo Fundo.

A Câmara Municipal de Passo Fundo, satisfeita com o movimento abolicionista que ora se opera na província, e já despertou nesta vila com grande entusiasmo e brilhante resultado, promovendo-se ativamente a redenção dos cativos, sem abalos, violências, nem vexames, ao ponto de fraternizar o povo na execução do pensamento generoso e patriótico de libertar a vila até o dia 28 de setembro, aniversário da Áurea Lei do imortal Rio Branco, resolve, por unanimidade de votos criar um livro de ouro, a exemplo de Porto Alegre, nas páginas do qual serão transcritas as atas da Assembleia popular, voluntariamente incumbida do magno tentame, que será levado a efeito pelo concurso brioso e adiantado povo Passofundense (...)<sup>31</sup>

Na ocasião, abriu-se um livro de ouro, segundo o exemplo de Porto Alegre, destinado às atas da Assembleia Popular, voluntariamente incumbida de registrar a libertação dos cativos no município. O livro de ouro também tinha o objetivo de consignar por escrito a lista dos proprietários de escravos para posterior indenização: “A ideia abolicionista, adormecida de há anos, ressurgiu impetuosamente, avassalando o município, cujo espírito liberal, esclarecido pelo mais puro patriotismo, acabava de compreender, finalmente, que a escravidão era uma vergonha para o Brasil”<sup>32</sup>.

Nesse sentido, no dia 28 de setembro, a Câmara voltou a se reunir e, em sessão solene, proclamou a liberdade de trezentos cativos no

---

<sup>31</sup> OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. op. cit. p., 47.

<sup>32</sup> Idem, *Ibidem*. p. 148.

município, quatro anos antes da abolição da escravatura em nível nacional.

Como já se discutiu anteriormente, o período imperial brasileiro caracterizou-se por fraudes eleitorais<sup>33</sup> e governos arbitrários. De fato, a partir da segunda metade do século XIX, a Monarquia brasileira desmoronava dia a dia com a doença do imperador e as corrupções desmedidas dos ministros, situação que acabou abrindo uma brecha para a organização de clubes republicanos que pretendiam pôr um fim nas estruturas monárquicas. “A decadência das oligarquias tradicionais, ligadas à terra, a abolição, a imigração, o processo de industrialização e urbanização, o antagonismo entre zonas produtoras, a campanha pela federação contribuíram para minar o edifício monárquico e para deflagrar a subversão”<sup>34</sup>.

A propaganda republicana no Rio Grande do Sul foi manifestada muitos anos antes de se pensar em proclamação da República. O Partido Farroupilha já havia adotado a causa ao implantar a República Rio-Grandense, de 1836 a 1845, com organização própria<sup>35</sup>.

---

<sup>33</sup> De acordo com a Constituição de 1824, Capítulo VI, título 1, página 19, eram excluídos de votar nas Assembleias Paroquiais: “I- menores de 25 anos, sem contar os casados e oficiais militares, que forem maiores de 21 anos, bacharéis formados e clérigos de ordens sacras; II – os filhos famílias, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem ofícios públicos. III – os criados de servir em cuja classe não entram os guarda-livros; IV – os religiosos que vivam em comunidade claustral; V – os que não tiverem renda líquida anual de cem mil réis, por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos”. Segundo a fonte: Coleção das leis do Império do Brasil de 1824. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

<sup>34</sup> COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 325.

<sup>35</sup> Sobre a Revolução Farroupilha, ver: DACANAL, José H. (Org) *A Revolução Farroupilha: História e interpretação*, (1985); FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos* (1992) e FREITAS, Décio e outros. *A Revolução Farroupilha* (1985).



Durante o século XIX, os países europeus e os Estados Unidos se desenvolviam rapidamente, em consonância com a Revolução Industrial. No entanto, o império brasileiro continuava a utilizar tão somente o trabalho escravo e o braço imigrante nas suas lavouras monocultoras:

Os trens europeus corriam velozes, os brasileiros resfolegavam lentamente em trilhos de bitola estreita. O principal meio de transporte no interior ainda era a tropa de mulas. As cidades europeias cintilavam com as lâmpadas elétricas, nas ruas e casas brasileiras tremulavam as luzes de lampião de gás ou de querosene (...) <sup>36</sup>.

O atraso tecnológico nesse período da história brasileira era sentido por toda a população, desde latifundiários, comerciantes, militares, intelectuais, até a grande massa dos subalternos, fossem eles libertos, cativos e assalariados, ou ainda mulheres e idosos que sempre foram alijados do processo político. A própria mudança no sistema político brasileiro foi assistida por um enorme contingente de analfabetos, desinformados e que não tinham a menor noção dos acontecimentos em nível nacional: “(...) a grande maioria do povo, por não ter direito de voto era indiferente à política nacional” <sup>37</sup>.

Com o golpe militar de 15 de novembro de 1889, assumiu o poder o Partido Republicano Rio-Grandense, que excluiu dos quadros administrativos os membros de outros partidos. A doutrina do PRR era inspirada no positivismo científico de Comte, traduzida no lema ordem social para o progresso. Instalou-se para tal objetivo a ditadura científica positivista na pessoa de Júlio de Castilhos. Quando a opinião pública criticava o governo, era logo taxada de subversiva.

---

<sup>36</sup> FLORES, Moacyr. 1893-1895: A Revolução dos Maragatos. Porto Alegre: Edipucrs, 1993. p. 12.

<sup>37</sup> Idem, *Ibidem*. p. 13



A notícia do movimento republicano de 15 de novembro de 1889 chegou a Passo Fundo apenas no dia seguinte, por intermédio dos engenheiros militares que trabalhavam na construção do telégrafo nas imediações de Carazinho.

Após a proclamação da República, o Governo Provisório do estado dissolveu em Passo Fundo a Câmara Municipal – formada até então por elementos liberais – e nomeou em seu lugar uma Junta Governativa, formada somente por republicanos<sup>38</sup>.

Na fase de transição da Monarquia para a República, os intendentess municipais eram nomeados pelo presidente do estado: “O fato, aliás, não inovava em relação ao período monárquico, quando as alternâncias partidárias eram acompanhadas de verdadeiras derrubadas”<sup>39</sup>.

O Conselho Municipal substituiu a Câmara de Vereadores<sup>40</sup> até a Revolução de 1930. Os membros nomeados pelo governo do estado eram pessoas de sua inteira confiança eleitas de quatro em quatro anos; em Passo Fundo, eram sete os membros do Conselho Municipal. Essa atitude do governo do estado resultava da necessidade de as oligarquias estaduais eliminarem os conflitos nos municípios. “O limite da autonomia municipal parece ter sido, antes de qualquer coisa, a aceitação ou não dos acordos políticos por parte da elite local. Rompidos esses, a elite estadual intervinha na localidade, anulando as eleições municipais ou nomeando os prefeitos”<sup>41</sup>.

---

<sup>38</sup> Tenente-coronel José Pinto de Moraes, Gabriel Bastos e Jerônimo Lucas Annes.

<sup>39</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. A Guerra Civil de 1893. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1993. p. 21.

<sup>40</sup> Em várias cidades brasileira, a Câmara Municipal existia desde os tempos da Colônia.

<sup>41</sup> COLUSSI, Eliane Lúcia. Estado Novo e municipalismo gaúcho. Passo Fundo: Ediupf.



No processo de consolidação da República, teria de se elaborar uma Constituição Federal que se adaptasse aos novos moldes administrativos. Assim é que, em 24 de fevereiro de 1891, foi promulgada a Constituição Federal e, em julho do mesmo ano, a Constituição Estadual, que determinava que o Poder Executivo municipal seria exercido por um intendente, eleito com mandato remunerado de quatro anos. Os opositoristas gaúchos mantiveram-se fora do processo de elaboração da Carta, e o ato ficou restrito aos políticos republicanos.

Logo que foi assinada a Constituição Estadual de 1891, a Assembleia elegeu Júlio Prates de Castilhos para a Presidência do estado, o qual, assim que tomou posse, procedeu às nomeações dos intendentes municipais. Em Passo Fundo, foi nomeado como primeiro intendente municipal Frederico Guilherme Kurtz, que indicou para seu vice Gezerino Lucas Annes. “O município não era entendido como uma unidade político-administrativa prestadora de serviços, mas sim, como o local onde as autoridades do centro procuravam os votos em períodos eleitorais”<sup>42</sup>.

Para consolidar-se no poder político-administrativo, o Partido Republicano valeu-se de fraudes eleitorais, demissão de funcionários, prisões e represálias. À oposição restou, assim, a reação organizada, na tentativa de derrubar o governo castilhista.

A sociedade gaúcha dividiu-se em dois blocos políticos distintos, castilhistas e gasparistas, que, usando muitas vezes de meios ilícitos, buscavam retomar o poder a todo o custo. Gaspar Silveira Martins, líder federalista e ex-conselheiro do Império, juntamente com seus correligionários, era acusado pelos republicanos de monarquista e parlamentarista, recebendo as denominações de restauradores e retrógrados. Os republicanos entendiam que o posicionamento dos gasparistas opunha-se ao regime republicano e presidencialista vigente desde 1889.

---

<sup>42</sup> Idem, *Ibidem*. p. 18.

O ano de 1891 marcou o lançamento oficial do novo partido opositorista: o Partido Republicano Federal, que congregava a União Nacional com os dissidentes republicanos. “Reconhecia-se, evidentemente, o imperativo de somar forças para enfrentar, na medida do possível, o rolo compressor do oficialismo”<sup>43</sup>.

Desde a fundação do PRF, dirigentes de forças federalistas nos diversos municípios gaúchos, que, mais tarde, seriam lideranças da Revolução Federalista, tinham sido contatados para a deflagração da Guerra Civil. Entre eles, cabe destacar: Joca Tavares, de Bagé, Gumercindo Saraiva, de Santa Vitória, Ubaldino Machado de Palmeira, Prestes Guimarães de Passo Fundo e outros tantos espalhados pelo estado.

Em 15 de novembro de 1891, foi votada e aprovada a Lei Orgânica Municipal. Entretanto, por causa da uma grande crise política gerada pela dissolução do Congresso Nacional por Deodoro da Fonseca e da renúncia forçada de Júlio de Castilhos, a Lei Orgânica não entrou em vigor imediatamente.

A deposição de Castilhos, no dia 12 de novembro de 1891, supostamente conivente com Deodoro da Fonseca na operacionalização do Golpe de Estado, e a instalação de uma Junta Governativa formada por opositores ao castilhismo representaram um caminho aberto para os liberais retomarem o comando político-administrativo nos diversos municípios gaúchos:

Era 12 de novembro de 1891: estava instalada no Estado do Rio Grande do Sul uma administração esdrúxula, logo apelidado de Governicho pelos seus adversários e que sofreria em sua efêmera existência modificações estruturais, enfrentaria a mais tenaz oposição

---

<sup>43</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit. p. 23.



popular e praticaria atos de verdadeira ditadura durante os conturbados sete meses em que governou o Rio Grande do sul<sup>44</sup>.

Esse quadro político acabou gerando um clima de intranquilidade, registrando-se, em Porto Alegre e demais cidades sulinas, vários incidentes em nome da defesa dos ideais partidários. Ocorreram conflitos, prisões e até assassinatos envolvendo líderes de ambas as facções.

Dois anos antes de estourar a Guerra Civil, começaram em Passo Fundo os enfrentamentos entre republicanos e federalistas. Em novembro de 1891, o coronel Chicuta, chefiando os republicanos, e o major Prestes Guimarães, no comando dos liberais, reuniram-se em armas, acampando em diferentes pontos na cidade e distritos de Passo Fundo. Prestes Guimarães chefiou o grupo mais numeroso e tomou os lugares mais estratégicos, vantagem que lhe garantiu a posse do poder municipal.

Em 31 de março de 1892, no Congresso de Bagé, registrou-se a fundação do Partido Federalista, encabeçado por Gaspar Silveira Martins. Em seguida, os liberais de Passo Fundo e região filiaram-se ao novo partido.

No mês de junho de 1892, numa das ruas centrais da cidade, foi morte o líder republicano Coronel Chicuta, episódio que provocou agravamento do confronto em âmbito regional e a partir do qual ocorreram diversas represálias entre as facções opostas. Aqueles que tinham possibilidades financeiras retiraram-se com suas famílias e seus pertences para localidades mais seguras e que não estavam envolvidas no conflito; o major Lucas e o irmão do Cel. Chicuta, Fortunato Xavier de Castro, refugiaram-se em Santa Catarina. “Provavelmente, a missão do Major

---

<sup>44</sup> RODRIGUES, Francisco Pereira. O governinho e a Revolução Federalista. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990. p. 29.

Lucas foi de organizar e dirigir no Planalto Catarinense uma área de abastecimentos das forças republicanas<sup>45</sup>.

No município de Passo Fundo, os federalistas, apesar de controlarem a situação política, prepararam-se para a possível reação dos republicanos; já em Cruz Alta e na capital, os castilhistas detinham o poder. O meio de comunicação mais rápido na época era o telégrafo, controlado pelos republicanos, situação que tornava a comunicação oficial dificultosa para os federalistas.

Prestes Guimarães, então no comando do governo municipal, por certo julgara arriscado enfrentar as forças governistas vindas de Cruz Alta para Passo Fundo. Decidiu, então, no dia 26 de junho, renunciar ao governo e entregá-lo pacificamente a uma junta governativa mista, composta por três federalistas e três republicanos. Poucos dias depois da renúncia, chegou à cidade o Cel. Gervásio Annes, apoiado pelo tenente-coronel Pinto de Moraes e pelo major Pedro Lopes de Oliveira, os quais reuniram em Passo Fundo um corpo republicano de mil homens. Dissolvida a força federalista aqui, Palmeira e Soledade também a dissolveram, começando, então, o domínio absoluto dos republicanos.

Em 1891, haveria eleição para compor o governo estadual, já estando garantida a participação das duas facções políticas opostas, republicanos e federalistas. A 8 de junho, o vice-governador, visconde de Pelotas, assumiu o governo, mas, em seguida, entregou o cargo ao gen. João Nunes da Silva Tavares, o Joca Tavares, veterano da Guerra do Paraguai. Júlio de Castilhos retomou o poder no Rio Grande do Sul com o apoio da Guarda Cívica de Porto Alegre e todos os seus partidários. O golpe militar foi legitimado pelo presidente da República, Floriano Peixoto. A posse de Castilhos, em 25 de janeiro de 1893, correspondeu ao 17º governo gaúcho após 1889, situação que revela a profunda instabilidade política que imperava no estado, assinalada por diversos golpes.

---

<sup>45</sup> AVILA, Ney Eduardo Possap d'. Op. cit. p. 120.



Joca Tavares organizou tropas no Uruguai e conclamou os gaúchos à luta contra o governo castilhistas, visto por ele como opressor. Em fevereiro de 1893, o líder federalista lançou mão do manifesto que deu origem à Revolução Federalista, a violenta guerra civil que por trinta meses assolaria o solo rio-grandense. Simultaneamente à movimentação de Joca Tavares, Gumercindo Saraiva, também concentrado no Uruguai, penetrou no estado com seus homens através de Bagé, quando uma parte de suas forças enfrentou tropas comandadas pelo Cel. Menna Barreto. Em Passo Fundo, a revolução começou oficialmente em maio, quando os federalistas comandados por Prestes Guimarães tomaram a cidade sem disparar um só tiro<sup>46</sup>.

O Uruguai foi o local escolhido pelos chefes federalistas para tramarem suas operações bélicas. A fronteira seca, que divide o Rio Grande com aquele país e a inexistência de entraves geográficos na linha divisória – permitindo aos revolucionários transpor a fronteira sem o menor problema – foram alguns fatores que possibilitaram o refúgio dos chefes da revolução naquele país.

Durante os meses da Revolução Federalista, muitas batalhas sangrentas ocorreram no estado, resultando em mortes cruéis e sofrimentos. Nos campos de confronto, a vitória pendia ora para os republicanos, ora para os federalistas. O fato é que, em nome da paixão política e de caudilhos, praticavam-se violências e atrocidades contra famílias gaúchas, atos de extrema barbárie difíceis de ser imaginados e dimensionados por um cidadão do século XX.

Na região de Passo Fundo, também se travaram combates que deixaram saldo de mortos e feridos em ambos os lados beligerantes. Nos combates do Boqueirão (junho/1893), do Arroio Teixeira (novembro/1893), do Passo da Cruz (dezembro/1893), do Umbu (janeiro/1894), do Valinho (9 fevereiro/1894), dos Três Passos (junho/1894) e na Batalha do Pulador<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> GEHM, Delma Rosendo. Op. cit. p. 43.

<sup>47</sup> Foi uma das maiores batalhas da Revolução Federalista no lugar conhecido como Rincão dos Melo e que durou seis horas. Na ocasião,



(junho/1894), estavam quase sempre presente à frente dos combatentes aqueles elementos que anos antes já tinham se destacado em âmbito regional e estadual como fortes lideranças políticas, entre eles Prestes Guimarães e Gervásio Annes.

Acabado o longo ciclo de conflitos armados, a cidade de Passo Fundo era quase um deserto. Mesmo depois de recomposta, permaneceram ódios, rancores profundos, heranças das inauditas bestialidades praticadas durante a guerra, sentimentos que marcaram tristemente a vida de famílias inteiras, cujos filhos, esposos e pais foram arrancados de sua vida particular e arrastados para o cenário da carnificina em nome de paixões políticas. Por certo, a maioria desses homens que lutaram na linha de frente dos combates, os primeiros a serem sacrificados pela prática mais comum nessa revolução – a degola – nem tinham consciência dos reais motivos que levaram os gaúchos a se enfrentarem em armas.

Por fim, a paz foi proclamada oficialmente em 23 de agosto de 1895, assinada por representantes dos federalistas e dos republicanos na cidade de Pelotas.

A vitória dos governistas na Revolução Federalista firmou um modelo de presidencialismo autoritário, moldado no coronelismo, que prevaleceu no Rio Grande do Sul até 1930, ao longo de toda a República Velha. O Partido Republicano Rio-Grandense manteve-se hegemônico no estado por mais de três décadas “não pela ausência de oposição, mas sim, pela capacidade de criar uma máquina político-administrativa eficiente

---

foram usada pela primeira vez metralhadoras em solo passo-fundense, na época que havia de mais moderno em armamento no Brasil. Sobre a Batalha do Pulador, ver: GEHM, Delma R. Passo Fundo através do tempo (1978); DOURADO, Ângelo. Voluntários do martírio: narrativa da Revolução de 1893 (1977) e o recente trabalho monográfico de MACEDO, Vera L.S. A violência na Revolução Federalista de 1893 e a Batalha do Pulador (1994).



e com ramificações em todo o estado.”<sup>48</sup> De fato, o coronelismo traduziu-se no sustentáculo para a manutenção da República das Oligarquias: “O poder pessoal, sobre o qual se assenta o coronelismo, é uma herança colonial (...). No Brasil, desde o início reduzido completamente ao estreito universo do senhor e do escravo, a sociedade reconheceu o poder pessoal como representante (e não opositor) do poder do Estado”.<sup>49</sup>

Durante a República Velha, a ampliação do colégio eleitoral, com a inclusão de novas formas de discriminação, não deixou de excluir as camadas subalternas do processo político<sup>50</sup>, visto que o voto que persistia era o de cabresto. O coronel nada mais era do que a base de apoio da estrutura política, auxiliando no processo de centralização do Estado e da personificação do poder.

Não sendo possível nem desejado o enfrentamento (entre o coronel gaúcho e o Estado), a solução ideada por Castilhos e continuada por Borges, foi a de um comportamento político intermediário, integrando os coronéis à estrutura partidária, colocando-os nas comissões diretoras dos diretórios municipais do PRR e investindo-os em funções políticas nas

---

<sup>48</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. Op. cit. p. 29.

<sup>49</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes. O coronelismo: Uma política de compromissos. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 14.

<sup>50</sup> De acordo com a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul elaborada em 1891, no capítulo que estabelece o regime eleitoral (Constituição Federal e Constituição dos estados, org. por P. Domingues Vianna, t. 2, Rio de Janeiro, 1911), no capítulo III, páginas 784 e 785: “Art. 15º - São eleitores os cidadãos brasileiros, maiores de 21 anos que se alistarem na forma da Lei. !º Não podem alistar-se eleitores: 1 Os mendigos; 2 Os analfabetos. 3 As praças de pret., com exceção dos alunos das escolas militares de ensino superior; 4 Os religiosos de ordem monástica, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitos a votos de obediência, regra ou estatuto, que importe renúncia da liberdade individual. 2º São inelegíveis os cidadãos não abastáveis.”



intendências, nos conselhos intendências e nas funções políticas do município e do distrito. Na verdade, o grande poder estava no partido, representado pelo Poder Executivo<sup>51</sup>.

O restabelecimento socioeconômico de Passo Fundo só se concretizou no final do século XIX, após o fim definitivo da Guerra Civil e a conclusão da estrada de ferro, em 8 de fevereiro de 1898, que ligava Passo Fundo à capital do estado via Santa Maria. Esse empreendimento atraiu novas famílias ao município o que fez aumentar a sua população.

Após o término da Revolução de 1893, vários líderes federalistas se exilaram no Uruguai e na Argentina por terem sido aliçados do processo político a partir de então. Prestes Guimarães também migrou para o Uruguai onde permaneceu até 1906.

Em 1896, tomou posse na Intendência Municipal o cel. Gervásio Lucas Annes, primeiro intendente eleito para o quadriênio 1896-1900. O ten. –cel. Pedro Lopes de Oliveira foi o seu sucessor, governando em 1900 até 1908.

Em 1906, ocorreram eleições para senador e deputado pelo Rio Grande do Sul ao Parlamento nacional. Em virtude do pleito, os partidários de Prestes Guimarães aguardavam em Passo Fundo o retorno do seu líder maior, até então exilado em Rivera. A volta definitiva de Prestes Guimarães foi um dos fatores do reerguimento do federalismo local, embora o resultado das eleições não fosse favorável a essa facção. Também em 1906 realizaram-se eleições presidenciais nas quais os republicanos apoiavam a candidatura do mal. Hermes da Fonseca; já os federalistas apoiavam Rui Barbosa. A vitória do candidato dos republicanos não surpreendeu já que fraudes eleitorais de ambas as partes eram práticas comuns na República das oligarquias, a começar pelo

---

<sup>51</sup> FÉLIX, Loiva Otero. As relações coronelísticas no Estado borgista: Discussão historiográfica. In: Estudos Leopoldenses. V. 28, n. 127, maio-jun., 1992, p. 83.

alistamento dos eleitores, seleção realizada sem o menor escrúpulo. O voto, além disso, era completamente aberto e havia um componente sempre presente nas eleições: a coerção. “Dessa forma, nada havia de livre ou secreto na maneira de votar; porquanto sempre existiu a coerção, inclusive com a presença maciça dos capangas do Coronel”<sup>52</sup>.

O coronel desempenhava um papel fundamental no processo eleitoral na medida em que garantia a vigência de um sistema político que excluía as massas subalternas.

---

<sup>52</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes. Op. cit., o. 51.



## **2. A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE PRESTES GUIMARÃES**

### **2.1 Prestes Guimarães na historiografia gaúcha**

Elaborar a biografia de uma personalidade de política é um trabalho que esbarra em muitas dificuldades: em primeiro lugar, há o desprestígio desse tipo de historiografia, pelas características que a corrente tradicional lhe atribuiu; em segundo, as biografias, por muito tempo, objetivaram construir ou consolidar personagens-mitos.

O nosso propósito, por meio deste estudo, é recolocar na história regional um personagem esquecido pela maior parte dos autores, não pela sua individualidade, mas como representante de uma facção política derrotada na história política local. Para tanto, investigar como é passada a visão de Prestes Guimarães na historiografia gaúcha tornou-se um passo imprescindível na realização de um trabalho que se pretende científico.

Vários autores que documentaram a Revolução de 1893 fazem referências ao líder federalista de Passo Fundo, a maior parte deles seguindo o viés positivista e tendo como prioridade o levantamento dos fatos da maneira exata como se passaram.

Para os historiadores positivistas, os fatos levantados se encadeiam como que mecânica e necessariamente, numa relação determinista de causas e consequências (...). A história por eles escrita é

uma sucessão de acontecimentos isolados, relatando sobretudo os feitos políticos de grandes heróis, os problemas dinásticos, as batalhas, os tratados diplomáticos, etc.<sup>53</sup>

No pensar positivista, dá-se, ainda, muita ênfase às fontes escritas porque, segundo essa corrente historiográfica, os documentos falam por si. Da influência positivista surgiram inúmeros trabalhos, ainda que a maioria de alcance limitado. O trabalho dos historiadores que seguem essa tendência, porém, não deve ser desprezado porque a tarefa de resgatar documentos originais de determinada época, fundamental no processo de produção historiográfica, já foi por eles realizada e constitui importante referencial em termos de fonte de pesquisa.

Um dos primeiros a depor sobre a Revolução Federalista foi o médico baiano radicado no Rio Grande, Dr. Ângelo Dourado, coronel-médico da coluna de Gumercindo Saraiva na Guerra Civil de 1893. Dourado se associou aos destinos da Revolução Federalista em seus sucessos transitórios e em seu fracasso final, e narrando com emoções os fatos no momento em que aconteciam e descrevendo-os minuciosamente em sua obra editada em 1896<sup>54</sup>, portanto, logo após o fim da revolução. Nas suas narrativas, refere-se a Prestes Guimarães como prestimoso chefe serrano<sup>55</sup> que lutou na defesa dos ideais federalistas.

Dois anos depois da pacificação, outro autor escreveu sobre a Revolução de 1893 – Epaminondas Villalba -, testemunha ocular daquele embate épico que publicou seu trabalho enriquecido com uma série de documentos – principalmente telegramas – dos líderes da revolução, opção de trabalho que é típica de historiadores positivistas. Do seu livro de 378 páginas, 247 são ocupadas por transcrições de documentos. Com

---

<sup>53</sup> BORGES, Vavy Pacheco. O que é história. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 32

<sup>54</sup> DOURADO, Ângelo. Voluntário do martírio: narrativa da Revolução de 1893. Ed. Fac-similada de 1896. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

<sup>55</sup> Idem, *Ibidem*, p. 58.



tendência republicana, Villalba descreveu as batalhas travadas entre os federalistas e as forças republicanas e, nas páginas de seu livro<sup>56</sup>, menciona várias vezes a participação de Prestes Guimarães na guerra civil como comandante de tropas federalistas, combatendo ao lado de Gumercindo Saraiva e Dinarte Dorneles.

A Revolução Federalista também foi historiada por militares de outros estados brasileiros, como José Bernardino Bormann, que transformou em livro<sup>57</sup> suas anotações em torno das investidas militares de 1893-1895. Bormann foi comandante de fronteira de Palmas, no Paraná, durante a guerra sulina, tendo narrado toda a trajetória de Prestes Guimarães em solo paranaense, desde o momento em que o líder revolucionário asilou-se naquele estado, até suas investidas na revolução e a maneira como organizou as forças revolucionárias fora do Rio Grande do Sul. Em termos de autores que vivenciaram a Revolução Federalista, foi quem mais escreveu sobre Prestes Guimarães.

O coronel Bormann escreveu que, em 1892, registraram-se várias ocorrências violentas em ambas as facções políticas, que fizeram com que muitas famílias emigrassem para o Uruguai e também para o Paraná em busca de melhores dias.

Entre as pessoas emigradas para este último contavam-se alguns chefes não só republicanos como federalistas. Dos federalistas, o mais proeminente era o cidadão Antônio Ferreira Prestes Guimarães do Passo Fundo, onde tinha grande influência. Ele havia militado no partido liberal no tempo do Imperador<sup>58</sup>.

---

<sup>56</sup> VILLALBA, Epaminondas. A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul: documentos e comentários. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia editores, 1897.

<sup>57</sup> BORMANN, José B. Dias fraticidas: memórias da Revolução Federalista no estado do Paraná. 1 v. Curitiba: Tipografia da Livraria Econômica, 1901.

<sup>58</sup> Idem, *Ibidem*. p. 67

Os emigrados federalistas em Palmas tinham a seu favor o fato de a maioria dos moradores daquela cidade também ser federalistas, o que lhes garantia o apoio da população local.

Conhecemos pessoalmente Prestes Guimarães, o coronel Bormann resumiu em poucas palavras sua visão do chefe revolucionário: “Era, não obstante, homem de bem, pessoa de excelentes sentimentos”<sup>59</sup>. O autor não só registra a estada de Prestes em Palmas como narra o motivo de sua fuga para aquela localidade: “Acusado de ter sido o mandante de um assassinato, o do Coronel Chicuta, chefe republicano naquela localidade procurara confiante o município de Palmas para evitar perseguições”<sup>60</sup>.

Por ter conhecido de perto Prestes Guimarães e dele talvez ter tirado uma boa impressão, Bormann dá o seu parecer quanto à tal acusação: “estávamos informados de que era uma imputação injusta que lhe faziam e de um parente próximo da vítima ouvimos a declaração de que toda a família dele e o povo do Passo Fundo, sabiam que aquele cidadão era incapaz de ordenar a prática de tal crime (...)”<sup>61</sup>.

O autor, segue comentando que, segundo informações de fonte segura, naquele assassinato, estavam envolvidos dois elementos da família do coronel Prestes Guimarães; entretanto, como ele era o líder político do município e o de maior reputação, devia assumir a culpa.

O assassinato do Coronel Chicuta teve repercussão também no Paraná onde se encontrava Prestes, que chegou a ser perseguido e ameaçado de morte por uma escolta republicana naquele estado. Em vista do perigo, Prestes Guimarães procurou refúgio na Colônia Militar de Chapecó, de onde pediu garantias de vida ao governador do estado e ao comandante da fronteira.

---

<sup>59</sup> Idem, *Ibidem*. p. 68

<sup>60</sup> Idem, *Ibidem*. p. 67

<sup>61</sup> Idem, *Ibidem*.



Wenceslau Escobar, em 1920, publicou um trabalho em que procurou narrar com riqueza de detalhes os feitos em torno da Revolução de 1893<sup>62</sup>. Federalista convicto, Escobar valeu-se de documentos de testemunhas da guerra civil, enfatizando sempre as estratégias dos revolucionários, que combatiam o “nefasto governo que encampava os crimes e as arbitrariedades praticadas por seus agentes”<sup>63</sup>. Em seus escritos, trata de Prestes Guimarães como o centro de resistência do norte do estado: “Na Serra, o major Antonio Ferreira Prestes Guimarães, beneficia influencia de toda essa região, fez grande reunião de povo, cercas de 2.500 homens, prontos a tomarem em armas”<sup>64</sup>.

O autor, entre uma narrativa e outra, procurou transcrever o perfil do chefe revolucionário serrano “(...) em cujos atos sempre se revelou um servidor convicto de suas ideias, sem preocupar-se com posição (...)”<sup>65</sup>.

Historiadores de Passo Fundo que se lançaram ao trabalho de resgate da história do município evidenciam a atuação política de Prestes Guimarães em Passo Fundo no século XIX. O primeiro a fazer a sistematização de dados sobre o município foi Antonino Xavier, cujas obras representam uma fonte valiosa de pesquisas para todo aquele que deseja investigar a história de Passo Fundo em seus aspectos históricos, geográficos e culturais. Representante da facção republicana, Antonino registrou a atuação das principais lideranças políticas locais, entre elas, os membros das famílias Annes e Prestes Guimarães. O historiador deu bastante ênfase à participação de Prestes Guimarães na organização e difusão da Sociedade Emancipador de Passo Fundo, bem como ao

---

<sup>62</sup> ESCOBAR, Wenceslau. Apontamento para a história da Revolução Rio-Grandense de 1893. Porto Alegre: Globo, 1920.

<sup>63</sup> Idem, *Ibidem*. p. 112

<sup>64</sup> Idem, *Ibidem*. p. 46

<sup>65</sup> Idem, *Ibidem*. p. 179.



trabalho em prol da abolição enquanto vereador e presidente da Câmara Municipal.<sup>66</sup>

Ao referir-se à formação dos partidos políticos em Passo Fundo, Antonino Xavier destacou a atuação de Prestes na chefia do Partido Liberal, contrapondo-se a Gervásio Lucas Annes, líder do Partido Conservador no período imperial brasileiro. Documentando o assassinato do coronel Chicuta, o autor escreveu sobre o possível envolvimento de Prestes Guimarães naquele crime, ao qual nos referiremos mais adiante.

Mais recentemente, Delma Rosendo Gehm publicou o resultado de suas pesquisas sobre a história do município de Passo Fundo<sup>67</sup>. Nos seus escritos, apresenta amplos comentários em torno da participação política de Prestes Guimarães como fundador e secretário da Sociedade Emancipadora das Crianças do Sexo Feminino, como presidente da Câmara de Vereadores e como vice-presidente da província por alguns dias<sup>68</sup>. A autora também faz uma descrição sucinta dos combates travados em Passo Fundo durante a Revolução Federalista e das investidas de Prestes nesses combates. Delma Gehm escreveu sobre toda a trajetória do major Prestes após o fim da guerra civil e o seu retorno a Passo Fundo, em 1906, após treze anos de exílio no Uruguai: “a presença de Prestes Guimarães foi um dos fatores do reerguimento do federalismo local”<sup>69</sup>.

Outro historiador Passofundense contemporâneo, o professor Ney d'Avila, não deixou de privilegiar a presença de Prestes Guimarães na

---

<sup>66</sup> OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. Anaes do município de Passo Fundo. Coordenado por Marília Mattos (e outros). Aspectos Históricos. Passo Fundo: Gráfica e Ed. UPF, 1990. p. 146.

<sup>67</sup> GEHM, Delma Rosendo. Passo Fundo através do tempo. Passo Fundo: Multigraf, 1978.

<sup>68</sup> De 15 de junho a 8 de julho de 1889.

<sup>69</sup> GEHM, Delma Rosendo. Op. cit. p. 72.



história do município, chegando a destinar, num de seus trabalhos<sup>70</sup>, um capítulo para tratar especificamente da vida política de Prestes Guimarães.

Além dos escritores que testemunharam a Revolução de 1893 e dos Passofundenses da atualidade que elucidaram a vida política de Prestes Guimarães, vários outros historiadores contemporâneos, que narram sob diferentes óticas as batalhas realizadas na grande guerra civil, escreveram sobre a participação do major Prestes Guimarães como um dos mais eminentes chefes federalistas. Além das fontes já relacionadas, encontramos referências ao chefe revolucionário serrano nas obras de Mozart Pereira Soares<sup>71</sup>, historiador de Palmeira das Missões; de Sérgio da Costa Franco<sup>72</sup>, que analisou o contexto da guerra civil, traçando um esboço do plano operacional dos anos da revolução; também o trabalho de Moacyr Flores e Hilda Flores<sup>73</sup> evidencia a participação de Prestes entre os líderes da Revolução Federalista.

Emílio de Souza Docca foi um historiador que se negou a falar sobre a Revolução Federalista, “que é um capítulo doloroso de nossos anais, que merece a nossa condenação e o fazemos silenciando seus acontecimentos”<sup>74</sup>. Entretanto, não deixou de privilegiar a campanha abolicionista no Rio Grande do Sul e, referenciando o município de Passo Fundo, cita a importante participação de Prestes Guimarães como um dos mentores do abolicionismo na região.

---

<sup>70</sup> D'ÁVILA, Ney Eduardo Possap. Passo Fundo Terra e Passagem. Passo Fundo: Aldeia Sul, 1996.

<sup>71</sup> SOARES, Mozart Pereira. Santo Antônio da Palmeira. Porto Alegre: Bels, 1974.

<sup>72</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. A guerra civil de 1893. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/Ufrgs, 1993.

<sup>73</sup> FLORES, & FLORES, Hilda A. H. Rio Grande do Sul: aspectos da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993.

<sup>74</sup> DOCCA, Emílio Fernandes de Sousa. História do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Edição da Organização Simões, 1954. P. 362



## **2.2 Trajetória política de Prestes Guimarães**

Antônio Ferreira Prestes Guimarães nasceu em Passo Fundo, no dia 13 de junho de 1837, em pleno ciclo farroupilha; era um dos sete filhos do estancieiro José Prestes Guimarães e Maria do Nascimento Neves<sup>75</sup>. Pelo lado materno, era neto do capitão de milícias Manoel José das Neves, primeiro morador de Passo Fundo, que aí fixou residência no ano de 1827.

Não existem registros quanto à formação intelectual do nosso biografado, mas o que se sabe é que exerceu advocacia como rábula<sup>76</sup> e que, desde moço, se ocupou de cargos administrativos em Passo Fundo. Durante o período em que seu pai ainda exercia a vereança na Câmara Municipal, de 1860 a 1864, Prestes Guimarães ocupou a Secretaria do comando da Guarda Nacional (em 1864). Criada durante o período regencial como uma força de repressão, juntamente com as Guardas Municipais, a Guarda Nacional era um mecanismo oficial que institucionalizava a participação dos proprietários rurais no governo municipal e provincial:

---

<sup>75</sup> Na introdução dos manuscritos de Prestes Guimarães, Sérgio da Costa Franco informa que o nome de sua mãe era Maria do Nascimento Rocha. Como ela era filha de Manoel José das Neves e conforme consulta em outras fontes, concluímos que o sobrenome correto dela era Neves. Sobre este assunto, ver: KNEIPP, Cecília Borges e LOPES, Yrena Lúcia Knack. Dados biográficos de Antônio Ferreira Prestes Guimarães. 1995. P. 1.

<sup>76</sup> Por rábula entende-se aquele que advoga sem diploma de bacharel em direito.



De estrutura militar, subordinada ao Ministério da Justiça, mas efetivamente submetida à sociedade civil, era a Guarda Nacional empregada para coibir movimentos revolucionários da época, juntamente com o exército, e submeter tanto os escravos quanto os diferentes grupos sociais aos interesses dos senhores de terras<sup>77</sup>.

Em Passo Fundo, como nos demais municípios que compunham o Império brasileiro, os postos oficiais da Guarda Nacional foram preenchidos por chefes políticos locais, ligados quase sempre à grande propriedade.

No ano seguinte (1865), Prestes era suplente de delegado de polícia, posto adquirido por causa de sua ligação (seguindo o mesmo caminho do pai) com o Partido Liberal, hegemônico no estado nas últimas décadas da Monarquia. O delegado e o suplente de delegado de polícia eram, então, a personificação do poder no município. O próprio cargo de juiz municipal não impunha tanto respeito quanto o de delegado no período monárquico: “Quando falhavam os meios de cooptação política, tais como favores pessoais, nomeações, favores e empréstimos públicos, o destacamento policial, sob o comando do delegado de polícia, eficiente e enérgico, convencia com os seus meios coercitivos os agentes recalcitrantes<sup>78</sup>”.

Muitos proprietários rurais de Passo Fundo, e Prestes foi um deles, participaram indiretamente da guerra contra o Paraguai, contribuindo com uma certa quantia em dinheiro para a compra de armamento destinado às operações bélicas do Brasil naquele país.

De 1870 a 1873, Prestes Guimarães, já no posto de capitão da Guarda Nacional, assumiu como 2º suplente do juiz municipal; no ano seguinte, secretariou a Câmara Municipal e também foi juiz de paz do 1º distrito. A escolha de juizes de paz, como já se enfatizou anteriormente,

---

<sup>77</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes. Op. cit. p. 20.

<sup>78</sup> FLORES, Elio Chaves. Op. cit, p. 42.



era feita através de eleições, de quatro em quatro anos, que ocorriam juntamente com as dos vereadores municipais.

O ano de 1871 marcou a fundação da Sociedade Emancipadora de Crianças do Sexo Feminino de Passo Fundo, cuja ideia da gradativa abolição de cativos no município fazia coro com o movimento abolicionista emergente em várias cidades da província. Prestes Guimarães foi um dos mentores da entidade, composta por mais de cinquenta Passo Fundenses e encabeçada pelo liberal Dr. Cândido Lopes de Oliveira. Sobre a posição do Partido Liberal frente ao problema da escravidão, Helga Piccolo destaca: “Não eram os liberais contrários à extinção da escravatura no Brasil, desde que ela fosse feita pelos “meios convenientes”. E esses meios convenientes precisavam harmonizar-se com um dos princípios mais caros ao partido – princípio do direito de propriedade”<sup>79</sup>.

Quando da fundação da Sociedade Emancipadora de Passo Fundo, Prestes exerceu a função de secretário. Os membros da sociedade eram, em grande parte, proprietários de escravos que eram utilizados nos trabalhos domésticos, nas lides com o gado e na produção de erva-mate.

Em 1881, ocorreram eleições para as câmaras municipais em todos os municípios gaúchos. Prestes Guimarães, então com 44 anos, foi eleito para a Câmara Municipal de Passo Fundo e também para ocupar o cargo de seu presidente, função que desempenhou de 1882 a 1886 e que correspondia, nos municípios do Império, à condição de prefeito municipal.

Desde a emancipação política de Passo Fundo, já se faziam presente no município seguidores de duas facções partidárias distintas: os liberais, representando, no início, a quase totalidade dos votos, e os conservadores, em número reduzido, mas sempre presentes nas eleições. Em nível nacional, o quadro político que se apresentava era muito semelhante. Com o passar dos anos, o grupo dos conservadores Passofundenses foi ganhando novos adeptos, alguns deles oriundos da dissidência interna do Partido Liberal, como já nos referimos no primeiro

---

<sup>79</sup> PICCOLO, Helga. Op. cit., p. 104.



capítulo, além de militares que haviam participado da Guerra do Paraguai e que para cá voltaram imbuídos de ideias republicanas. O Partido Conservador era liderado aqui pelo advogado Gervásio Lucas Annes e por Jerônimo de Oliveira; já o partido de Gaspar Silveira Martins, a partir de 1882, foi chefiado por Prestes Guimarães. Em 1889, os conservadores de Passo Fundo adotaram efetivamente a bandeira do republicanismo proposta por Júlio de Castilhos e, sob a liderança de Gervásio Annes, fundaram o Partido Republicano.

De 1872 até o fim da Monarquia, três líderes políticos do município fizeram parte da Assembleia Legislativa Provincial em diversas legislaturas, representando o grupo eleitoral serrano. Pelo Partido Liberal, foram eleitos o major Prestes Guimarães e o Dr. Cândido Lopes de Oliveira; Gervásio Lucas Annes também participou como deputado pelo Partido Conservador.

Elemento proeminente do Partido Liberal na região serrana, Prestes foi eleito representando o 2º distrito eleitoral para a Assembleia Legislativa Provincial, ocupando, assim, uma das trinta cadeira nas 17ª (1877/1878) e 18ª legislaturas (1879/1880). Também foi deputado provincial na 20ª legislatura (1881/1882), na 22ª (1885/1886) e na 23ª (1887/1889), esta última interrompida pela proclamação da República<sup>80</sup>.

Quando o regime monárquico apresentou os primeiros sintomas de enfraquecimento, abriu-se um espaço para que a campanha republicana adquirisse forma de partido político com diretrizes bem definidas. Por todo o país, começaram a funcionar os clubes republicanos, especialmente em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Nesse sentido, em Passo Fundo, os conservadores, simpáticos à causa da República, fundaram o Clube do Toco de Vela.

---

<sup>80</sup> Parlamentares gaúchos das cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996 / Carmem Aita, Gunter Axt, Vladimir Araújo (orgs) – Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Essa organização dos conservadores, contrapondo-se ao governo imperial, começou a preocupar os liberais uma vez que seus adversários poderiam crescer politicamente a ponto de intervir o quadro administrativo, favorável até então ao Partido Liberal. Prestes Guimarães, já no primeiro ano em que foi deputado provincial, condenava a política conservadora que se impunha, combatendo veementemente, nos discursos proferidos na Assembleia Provincial, a política dos seus adversários:

(...) Sr. Presidente [presidente da mesa diretora da Assembleia Legislativa, Dr. Timótheo Pereira da Rosa], não há de duvidar: os tempos correm calamitosos; são mais para chorar do que para rir (...). Externando o meu pensamento com a franqueza que acabo de patentear e o exige a legalidade, cujo culto professo, não passarei em revista a serie de fatos que constitui calamidade publica, uma cousa verdadeiramente detestável – a politica conservadora, iniciada pomposamente em 1868, sob o rótulo falaz de – aurora de regeneração. (...) De todos os governos, os que tem menos razão de ser, digamos antes, os que não tem direito de existir, são os conservadores; dizem-se os governos conservadores os sustentáculos da ordem, vivem em nome dela, e são os contínuos perturbadores da ordem e da causa permanente de todas as convulsões sociais. (...) Paço da Assembleia, 14 de março de 1877 – Prestes Guimarães<sup>81</sup>.

Durante os anos em que exerceu funções administrativas no governo municipal e provincial, Prestes sempre demonstrou interesse pelo ensino, tanto na região serrana quanto no restante do estado. No governo de Gaspar Silveira Martins, o Passofundense liberal era o seu pretor na área educacional, concebendo a instrução pública como primordial no Rio Grande do Sul, em consonância com o ideário liberal da época: “Este

---

<sup>81</sup> ANNAES da Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Sul 17<sup>a</sup> Legislatura, 1877. p. 38-41.

projeto joga com a instrução publica e a instrução joga com a política, com justiça e com todos os ramos do progresso social”<sup>82</sup>.

Ainda no discurso pronunciado na sessão de 1º de maio de 1877, Prestes declarava sua constante preocupação com o ensino público:

(...) Aceito o ensino livre e o ensino obrigatório com todas as suas consequências (...). outra ideia com a qual simpatizo é a do ensino misto, não pelos resultado que possa apresentar desde já, mas como uma transição para em tempo mais ou menor remoto ser a instrução primaria confiada exclusivamente ao belo sexo [às mulheres] (...) <sup>83</sup>.

Nos últimos meses da Monarquia, o eleitorado republicano ainda representava uma parcela pequena do país, menos de 2%, e as eleições fraudulentas faziam com que os resultados dos pleitos fossem alterados. Assim mesmo, o Partido Republicano conseguiu obter em São Paulo 25% do eleitorado. Apesar de representar a minoria, os republicanos acabaram exercendo um papel relevante no movimento, pois “minorias ativas e organizadas sempre foram fatores primordiais em movimentos revolucionários desde que exista disponibilidade estrutural, isto é, um mínimo de condições favoráveis ao desencadeamento da ação revolucionária”<sup>84</sup>.

Como todo seguidor das crenças liberais, Prestes Guimarães continuou combatendo nos seus discursos os opositores do Partido Liberal até mesmo às vésperas da instauração da República, quando ainda ocupava uma das cadeiras na Assembleia Provincial, durante o governo de Gaspar Silveira Martins:

---

<sup>82</sup> Idem, *Ibidem*, p. 132

<sup>83</sup> Idem, *Ibidem*, p. 134.

<sup>84</sup> COSTA, Emília Viotti. *Op. cit.* p. 331



Sr. Presidente [cel. Joaquim Pedro Salgado], é uma infelicidade publica que o partido conservador, em vez de sustentar-se dentro da espera da moderação, e praticar a justiça em todas as localidades da nossa querida província, durante o seu nefasto domínio só tenha promovido a desordem, fomentando a exaltação dos ânimos e praticado crimes e iniquidades e toda a sorte! (...) – Sala das sessões, 5 de abril de 1889 – Prestes Guimarães<sup>85</sup>.

O ano de 1889 marcou a ascensão dos liberais ao poder (ministério de Ouro Preto) e a eleição de Gaspar Silveira Martins para a presidência da província. Prestes Guimarães foi nomeado um dos vice-presidentes, tendo assumido, efetivamente, a Presidência entre 25 de junho e 8 de julho de 1889. Talvez por ser o primeiro serrano a assumir esse cargo e um líder gasparista convicto, que sempre combatera verbalmente os ideais republicanos, Prestes Guimarães foi vítima de pilhérias por parte do jornal republicano *A Federação*. Além disso, por ser advogado sem curso jurídico, portanto, um rábula, “era considerado um grosso pelos bacharéis republicanos”<sup>86</sup>.

Durante os treze dias do seu governo, aquele impresso publicava versos anônimos zombando da pessoa de Prestes Guimarães. Tais versos satíricos, intitulados “Triolets d’Ocasão”, supunha-se que fossem de autoria do republicano Ramiro Barcellos, um dos colaboradores do jornal e fiel seguidor dos ideais castilhistas. Eram composições do tipo:

Major meu, do Passo Fundo

Acho arriscado o teu passo;

---

<sup>85</sup> ANNAES da Assembleia Legislativa, ... 1889.

<sup>86</sup> ÁVILA, Ney Eduardo Possap. Op. cit. p. 121.



Não é pra qualquer do mundo  
Ser delegado do paço.  
Precisa ter algum fundo  
Quem toma régua e compasso,  
Major meu do Passo Fundo  
Acho arriscado o teu passo.

O fundo passo que deu  
O major do Passo Fundo  
Creio ser ele oriundo  
Dos paços do Conde D'Eu  
Vai ser mesmo um jubileu  
De alegrar a todo mundo  
O fundo passo que deu  
O major do Passo Fundo<sup>87</sup>.

Observando com atenção o conteúdo dos versos, é possível perceber nas entrelinhas o tom de deboche de que o autor lançou mão e, mais do que isso, pode-se deduzir que tenham sido publicados como uma espécie de revanche aos ataques feitos por Prestes Guimarães aos conservadores na forma de discursos, enquanto deputado provincial e

---

<sup>87</sup> Na introdução dos Manuscritos de Prestes Guimarães, Sérgio da Costa Franco cita esse fragmento de uma publicação do jornal *A Federação*. Conforme GUIMARÃES A. F. P. *A Revolução Federalista em cima da serra*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.



vice-presidente da província. Os versos eram de autoria de um republicano ressentido, o que nos dá uma ideia de como os ânimos estavam alterados no nível político-partidário nos últimos tempos do regime imperial.

No dia 12 de outubro de 1889, procedeu-se à eleição para o preenchimento das vagas na Câmara Municipal em virtude da nomeação dos vereadores Prestes Guimarães e Jeronymo Savinhone Marques para cargos provinciais<sup>88</sup>. Foram eleitos Guilherme e Joaquim José de Almeida.

A situação econômica de Passo Fundo nos últimos meses da Monarquia era crítica, pois a principal atividade produtora dos municípios era a pecuária, que apresentava quase total estagnação em decorrência da baixa de preço do gado e da queda nas vendas dos seus produtos; a agricultura, embora a administração municipal pleiteasse maiores recursos junto ao governo provincial a fim de desenvolvê-la, permanecia ainda em estado de abandono, e a quase inexistência de estradas para o transporte da produção até os centos consumidores era um dos principais entraves para o seu desenvolvimento no município; também a erva-mate, importante gênero produzido na região, vinha sendo falsificada pelo acréscimo da caúna – que aumentava o volume e o peso do produto – o que ocasionou o descrédito nos mercados consumidores e a consequente queda da sua exportação. “Por essas casas o município, dispondo de terras de maravilhosa fertilidade, capazes de abastecer de produtos agrícolas grande parte do Império, tinha de os importar anualmente em não pequena escala, para o completo de seu consumo”<sup>89</sup>.

O estado de penúria em que se encontrava o setor agropecuário desencadeou a crise no comércio Passofundense, que se fez notar pela diminuição do movimento de compra e venda de produtos de primeira necessidade registrados no período em questão.

---

<sup>88</sup> Foram nomeados para ocupar duas cadeiras nas Assembleia Legislativa Provincial.

<sup>89</sup> OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier. e. op. cit. p. 169



A participação da grande maioria do povo brasileiro no movimento republicano de 15 de novembro de 1889 foi nula, realidade que, em Passo Fundo, não foi muito diferente. Os trabalhadores do campo, as mulheres, os idosos, os escravos libertos, enfim, a grande massa dos subalternos não fazia ideia do significado histórico do momento por eles vivenciado. Somente os que tinham acesso à imprensa escrita ou ao meio de comunicação mais rápido da época – o telégrafo – é que estavam mais a par dos acontecimentos. Em Passo Fundo, a notícia da instauração da República, como já dissemos, chegou apenas no dia seguinte, através dos engenheiros do Exército envolvidos na construção do telégrafo.

Sobrevindo a República, Prestes Guimarães não deixou sua vida política. Nas eleições para a Assembleia Constituinte do estado, em abril de 1891, foi candidato pela União Nacional, chapa da oposição. Entretanto, pelo sistema eleitoral em vigor, todas as cadeiras da Assembleia foram ocupadas pelo Partido Republicano Rio-Grandense, de Júlio de Castilhos, que se fez maioria a partir de então. Depois de assinar a Constituição Estadual de 1891, a Assembleia elegeu Júlio de Castilhos para o governo do estado, o qual, tomando posse, passou a nomear como intendentess municipais pessoas de sua inteira confiança e todos republicanos.

O primeiro governo de Castilhos na nova fase durou pouco, visto que o golpe de Estado e a dissolução do Congresso Nacional por Deodoro da Fonseca foram acompanhados por deposições de governadores em vários estados. Conseqüentemente, Júlio de Castilhos perdeu a direção administrativa do Rio Grande do Sul no dia 12 de novembro de 1891, sendo nomeada em seu lugar uma Junta Governativa, composta por republicanos dissidentes, o Governicho. Entretanto, mesmo que a chefia do governo fosse ocupada pelo general Barreto Leito, quem, de fato, exercia o comando político-administrativo eram os republicanos Assis Brasil e Barros Cassal. Como principais medidas, o Governicho anulou a Constituição Estadual de 1891, entendida por eles como positivista, e derrubou os governos municipais castilhistas. Os dissidentes não tinham, assim, sustentação político-social para se manterem no poder.



Após a deposição de Júlio de Castilhos em 1891, Prestes Guimarães ocupou a cidade de Passo Fundo e tomou o poder municipal. Os republicanos não aceitaram pacificamente o fato e, liderados pelo Coronel Chicuta, que estava então na chefia do Partido Republicano em Passo Fundo<sup>90</sup>, iniciaram a concentração reunindo-se em armas na sede do município, prontos para reagirem. Aumentava, dessa forma, o acirramento dos ânimos entre os liberais, apelidados de maragatos pelos castilhistas, e republicanos, alcunhados pelos adversários de pica-paus.

O retorno de Gaspar Silveira Martins ao cenário político possibilitou a reação organizada dos opositores ao castilhismo, todos representantes do ciclo pastoril-militar. Em fins de março de 1892, foi fundado o Partido Federalista Brasileiro, tendo como chefe Silveira Martins: “Excluídos do poder, os adeptos do gasparismo – a real expressão do Partido Liberal do Rio Grande do Sul – não viram outra alternativa senão que recorrer à luta armada.”<sup>91</sup>

No ato de fundação do PFB, durante o Congresso de Bagé, já ficou estabelecida a meta primordial dos federalistas no Rio Grande do Sul: revogar a Constituição castilhista de 14 de julho. Mas não seria uma tarefa fácil já que os adeptos de Júlio de Castilhos contavam com o apoio total do Exército legalista e do Marechal Floriano. Tendo suas possibilidades limitadas, os revolucionários ampliaram seus objetivos na luta pelo poder regional: “Assim, a luta acabou evoluindo contra o presidencialismo que os federalistas pretendiam substituir pelo sistema parlamentar. Essa proposta foi largamente explorada pelo castilhismo e florianismo como sinônimo de restauração do regime monárquico”<sup>92</sup>.

Fundado o PFB, a executiva do partido tratou logo de colocar chefes gasparistas em todos os municípios gaúchos. Em Passo Fundo, Prestes Guimarães, juntamente com Frederico Schultz, Veríssimo da

---

<sup>90</sup> Em substituição a Gervásio Annes, que ocupava uma cadeira na Assembleia Legislativa.

<sup>91</sup> FLORES, Helio Chaves. Op. cit. p. 30

<sup>92</sup> Idem, *Ibidem*, p. 32.



Veiga e Borges Vieira, iniciaram a organização e liderança do Partido Federalista, contando com centenas de adeptos.

Em todo o Rio Grande do Sul, tornaram-se corriqueiros os incidentes entre maragatos e pica-paus, o que era uma demonstração prévia dos anos violentos da Revolução Federalista que adviriam. Em 18 de junho de 1802, um dia depois de Júlio de Castilhos retomar o poder no estado, o líder republicano Passofundense Coronel Chicuta foi ferido mortalmente por uma bala disparada em frente ao quartel da polícia, no centro da cidade. O assassinato de Chicuta, prestimoso chefe castilhista local, provocou o acirramento do confronto no município.

É interessante observar aqui as diferentes interpretações dadas à morte do Coronel Chicuta na historiografia regional. O historiador Antonino Xavier, por exemplo, parente e correligionário da vítima, desenvolveu o seguinte relatório sobre o assassinato:

Na manhã de 18 de junho de 1892, voltando Chicuta da chácara de seu irmão (...), apesar de vir pacificamente se recolhendo à sua residência, pois que não trazia arma alguma, foi cercado por um grupo de elementos da situação política [os federalistas] (...), o que bastou para que fosse agredido a golpes de espada e a tiros e abatido por uma bala que, atingindo-o na cabeça, instantaneamente o matou (...)<sup>93</sup>.

Nos registros de Prestes Guimarães, por sua vez, Chicuta estava armado na ocasião, o que derruba a tese que o republicano vinha pacificamente, e portava um telegrama coletivo dos chefes republicanos de Porto Alegre, concitando-os a auxiliá-los em Passo Fundo com o uso de armas, para depor o governo provisório municipal encabeçado por Prestes

---

<sup>93</sup> GEHM, Delma Rosendo. Op. cit. p. 35.



– o sigilo desse telegrama foi logo rompido. Ao amanhecer do dia 18 de junho, vários elementos republicanos proeminentes foram detidos:

(...) mas o Coronel Chicuta entusiasmado com o telegrama dos chefes, que tinha no bolso, após temerária resistência, fazendo uso de uma arma de fogo (...) e correndo depois a cavalo por uma das ruas paralelas à do Comércio, foi surgir, perseguido, em frente ao quartel da polícia (...) onde, saindo de dentro uma praça policial armada, ajoelhou-se, e desfechou um tiro certeiro na pessoa que ia correndo adiante. Essa pessoa era infelizmente, Chicuta, um dos bravos da campanha do Paraguai (...) e que caiu morto, ferido por uma bala inconsciente na cabeça<sup>94</sup>.

De outra parte, Delma Gehm, que escreveu sobre os acontecimentos históricos de Passo Fundo nos primeiros anos da República, evidenciando as investidas dos federalistas, a respeito do episódio afirma convicta: “Outrossim, a morte do Coronel Chicuta, vencedor de Caballero, na Guerra contra o Paraguai, por consequência de revides federalistas, não procede do chefe Prestes Guimarães”<sup>95</sup>.

Não cabe aqui discutir se o nosso biografado foi ou não autor dos disparos que ocasionaram a morte de Chicuta, mas o fato é que ele foi processado como responsável por esse crime e, como executores, seu cunhado, Jorge Sturm Filho. Seu genro, Roberto d’Aguillar e seus companheiros, Miguel Queiroz e José Trindade Filho.

Prestes Guimarães, que, naqueles dias, ainda detinha o poder local, por certo, julgara temeroso enfrentar as forças legais vindas de Cruz Alta para Passo Fundo, tendo decidido, então, renunciar ao governo

---

<sup>94</sup> GUIMARÃES, Antonio Ferreira Prestes. *A Revolução Federalista em cima da serra*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987, p. 15.

<sup>95</sup> GEHM, Delma Rosendo. *Op. cit.* p. 61.



municipal. Na reunião de renúncia, Prestes explicou que, diante da situação política do Rio Grande, “para evitar derramamento de sangue, estava pronto para passar o governo local aos adversários, e dissolvi a força reunida, aconselhando os cidadãos a irem em paz para suas casas (...)”<sup>96</sup>.

A fim de proteger sua família de possíveis perseguições de republicanos ressentidos com a perda de seu chefe, Prestes Guimarães retirou-se com a sua gente para Nonoai; após, dirigiu-se a Curitiba, seguindo para o município de Palmas, no Paraná. A partir desse episódio violento, Prestes se envolveria em confrontos armados quase sem interrupção, durante todos os meses da Revolução Federalista.

---

<sup>96</sup> GUIMARÃES, Antonio Ferreira Prestes. Op. cit. p. 17.



## **3 REVOLUÇÃO FEDERALISTA E LIDERANÇA MARAGATA EM PASSO FUNDO**

### **3.1 Prestes na Revolução Federalista**

Em 1893, teve início a Revolução Federalista que, por trinta meses, assolaria o estado gaúcho, embora, muitos anos antes de estourar o confronto armado, já tivessem ocorrido enfrentamentos entre os republicanos e os federalistas. A gestação da guerra civil foi prolongada e a polarização de forças que lhe deram origem já estava definida desde a implantação da República. A evolução da política gaúcha a partir do 15 de novembro de 1889 releva que, neste estado, logo se criariam condições para o desfecho do longo ciclo de conflitos sangrentos.

Como primeiro movimento político relevante contra o governo federal surgido após a República, a Revolução de 1893 teve a participação de personalidades até então preponderantes, sequiosas de resgatar suas antigas prerrogativas.

Nos diversos municípios gaúchos, os líderes políticos castilhistas, de um lado, e gasparistas, de outro, reuniram em torno de si centenas de acaudilhados prontos a tomarem em armas para defender seus ideais partidários. Em Passo Fundo, ainda em 1891, o Coronel Chicuta, líder local do PRR, encabeçou a reunião dos republicanos; em contrapartida, os liberais agruparam-se em torno do major Prestes Guimarães, expressão máxima do Partido Liberal no município. As facções opostas acamparam em diferentes pontos no município.

Chefiando a força mais numerosa e acampando nos pontos mais estratégicos da cidade, Prestes Guimarães teve condições de assenhorar-se do poder local sem enfrentar a resistência dos castilhistas liderados por Chicuta. Entretanto, a tomada do poder pelos liberais, ao contrário do que possa parecer, não foi aceita de forma pacífica pelos republicanos. A renúncia forçada de Castilhos e a instauração do Governicho inauguraram uma onda de atritos, violências e assassinatos políticos por todo o estado, marcando de forma negativa os sete meses em que a junta governativa anticastilhista dirigiu a política rio-grandense. Era uma espécie de esboço dos anos violentos que caracterizariam o estado sulino de 1893 a 1895.

O período compreendido entre junho de 1892, quando Júlio de Castilhos retomou a direção política do estado, e fevereiro de 1893 correspondeu a uma ativa preparação para a Revolução Federalista por parte dos republicanos e dos federalistas. Para o enfrentamento com os republicanos, os gaúchos, além de peões e agregados de suas estâncias; já os republicanos castilhistas tinham a seu favor o Exército legalista e o apoio do presidente da República, Floriano Peixoto.

No mês de junho de 1892, estava prevista no Rio Grande do Sul a realização de eleições do novo regime, para a organização definitiva do estado nos moldes da República, as quais, entretanto, foram marcadas por fraudes de todo tipo. O Regulamento Alvim, que estabelecia a qualificação eleitoral, acabou afastando do jogo político milhares de cidadãos alfabetizados, tendo sido alistados quase que exclusivamente aqueles que, com certeza, não colocariam em risco a ordem das coisas. O governo provisório do estado, por consequência, ordenou que, em todos os municípios, se fizesse um alistamento suplementar, medida que, no entanto, não pôde ser levada a efeito. Em Passo Fundo, por exemplo, a Junta Governativa alistou mais de novecentos votantes, todos devidamente alfabetizados e maiores de 21 anos<sup>97</sup>; os novos alistados, porém, foram todos excluídos.

---

<sup>97</sup> Conforme GUIMARÃES, op, cit. p. 14



Imediatamente após a restauração castilhista, em 17 de junho de 1892, os chefes republicanos espalhados pelo estado receberam telegramas da executiva do PRR em Porto Alegre, ordenando que tomassem as armas e ficassem de prontidão nos seus municípios, aguardando a chegada de tropas e armamentos da capital a fim de retomarem as rédeas do poder local. Em contrapartida, o visconde de Pelotas, prevendo que se iniciaria a revolução castilhista e pretendendo entrar as eleições, ordenou, por meio do telégrafo, que se organizasse a resistência em todo o interior do estado caso o plano revolucionário fosse levado a efeito. Prestes Guimarães, então detentor do poder local, no cumprimento das determinações do visconde de Pelotas, ordenou ao delegado de Polícia de Passo Fundo que fossem tomadas as medidas cabíveis no sentido de impor firme resistência ao plano revolucionário.

Assim, na madrugada do dia 18, vários cabecilhas foram presos na cidade. O Coronel Chicuta, que portava um telegrama dos chefes republicanos da capital, resistindo à ordem de prisão, foi baleado mortalmente. Após o assassinato, a articulação dos federalistas foi rápida: no mesmo dia, realizaram reuniões em Passo Fundo, dirigidas pelos tenentes-coronéis Amâncio d'Oliveira Cardoso, Antônio de Vargas, Elisiário Prestes<sup>98</sup> e Salvador Rabello. Em Soledade, o tenente-coronel Antonio Rodrigues organizou cerca de mil homens ao passo que o tenente-coronel Ubaldino Machado reuniu centenas de federalistas na Vila da Palmeira. As estratégias do anti-castilhistas tinham por objetivo manter o controle da situação, impedindo o retorno dos republicanos ao poder.

Prestes Guimarães organizou uma comissão formada por alguns cidadãos, inclusive comerciantes de Passo Fundo, destinada a buscar nas casas de negócio da cidade recursos para a guerra, os quais se faziam necessários em virtude das circunstâncias. Os gêneros arrecadados foram armazenados no prédio da Câmara.

---

<sup>98</sup> Irmão de Prestes Guimarães, Elisiário Prestes, membro do partido gasparista local, participou de várias batalhas travadas no município de Passo Fundo durante a Revolução de 1893.



A cidade transformou-se numa vasta oficina, trabalhando-se dia e noite até 25 de junho na feitura de ponchos, malas, barracas, camisas, blusas, etc., assim como duas ferrarias trabalhavam constantemente na feitura de lanças, e carpinteiros nos respectivos cabos<sup>99</sup>.

Na região Norte do estado, os federalistas eram donos da situação em Passo Fundo, Palmeira e Soledade. O único dos três pontos servidos pelo telégrafo na época era Passo Fundo, e as notícias que chegavam colocavam o governo provisório em desvantagem. Também corria o boato alarmante de que um piquete republicano vindo de Cruz Alta já teria penetrado no município e não tardaria a entrar na cidade. Aqueles que procuravam combater os boatos com a verdade eram tidos como suspeitos.

Convicto da impossibilidade de resistir à força castilhista, que já resgatara o poder na maioria dos municípios gaúchos, Prestes promoveu uma reunião no Paço Municipal, que contou com a presença das autoridades locais, além de representantes da facção oposta. Nessa reunião, transferiu pacificamente o governo municipal aos republicanos; logo, Palmeira e Soledade também tomaram as mesmas atitudes. Foi em tempo porque, poucos dias depois, chegaria a Passo Fundo uma força republicana de mil homens comandados pelo coronel Gervásio Annes.

Os atos de extrema violência ocorridos no ano de 1892, especialmente o elevado número de assassinatos políticos, fizeram com que diversas famílias, aquelas mais abastadas, emigrassem para o Uruguai e também para o estado do Paraná, buscando proteger-se contra o banditismo alimentado pelo ódio que imperava entre os grupos contendores castilhistas e gasparistas. “Chefes federalistas de quase todas as vilas e cidades do interior foram os primeiros a porem-se a salvo, por que eles, de preferência eram com mais empenho procurados”<sup>100</sup>.

---

<sup>99</sup> GUIMARÃES, Antonio Ferreira Prestes. Op. cit. p. 16.

<sup>100</sup> ESCOBAR, Wenceslau. Op. cit. p. 111.



Mesmo asilado em Palmas, Prestes, no entanto, não se manteve alheio ao cenário da luta. Naquela cidade, o chefe federalista estava muito bem informado da situação no Sul, recebendo constantemente as notícias do seu estado através de telegramas enviados por seus correligionários.

A deflagração da guerra civil deu-se no dia 2 de fevereiro de 1893, precisamente na fronteira do Brasil com o Uruguai, na cidade de Bagé, quando o general federalista João Nunes da Silva Tavares, o Joca Tavares<sup>101</sup>, à frente de uma coluna de combatentes, invadiu o território gaúcho com o fim de depor o presidente do estado, Júlio de Castilhos. Próximo dali, também em Bagé, o caudilho gasparista Gumercindo Saraiva reforçou a coluna invasora com mais quatrocentos soldados. Começava, assim, a guerra civil mais sangrenta da América Latina, responsável por dez mil mortes, milhares de degolamentos e 31 longos meses de luta armada<sup>102</sup>.

Quando a revolução começou, os pica-paus, como eram chamados os republicanos, contavam com o apoio do Exército legalista e do governo de São Paulo, que contribuiu com materiais bélicos para a guerra, endossada pelo presidente marechal Floriano. Os federalistas, por sua vez, tinham como líder político Gaspar Silveira Martins e, como comandantes, elementos respeitadíssimos no partido, como os caudilhos Joca Tavares, Gumercindo e Aparício Saraiva, Ubaldino Machado e Prestes Guimarães. A invasão de Joca Tavares e Gumercindo Saraiva representou a detonação de uma série de combates no solo gaúcho.

Essas duas colunas inimigas, por onde passavam, arrebanhavam quantos animais cavalares podiam; espalhavam o terror entre os adversários, excedendo-se a miúdo na prática de atentados desumanos.

---

<sup>101</sup> Joca Tavares estava, então, com 71 anos de idade; era veterano da Revolução Farroupilha e da Guerra contra o Paraguai. Quando se iniciou a Revolução Federalista ele obteve o título de general do Exército Libertador.

<sup>102</sup> Conforme Joca Tavares cavalga para a Guerra. Zero Hora Cultura. Porto Alegre, 24 de abril de 1993, p. 6.



Houve cidadãos que pagaram com a vida o crime de serem amigos do governo, outros partidários da revolução<sup>103</sup>.

Instalado no Palácio Piratini, em Porto Alegre, Júlio de Castilhos já esperava a revolta armada dos federalistas, pois, como detentor do poder político, ele estava atento e bem informado sobre conspirações. Castilhos temia que os adversários restaurassem a Monarquia, adotando o parlamentarismo. Seguidor das ideias de Augusto Comte, o líder maior do PRR convenceu-se de que precisava agir no sentido de consolidar a República, acabando com a instabilidade política que fizera com que, em menos de três anos, 19 presidentes governassem o estado.

A notícia da revolução no Rio Grande do Sul fez com que, no município de Palmas, se reunissem grupos federalistas que ali na fronteira aguardavam o momento adequado para atravessá-la no sentido sul, alcançando Santa Catarina, a fim de reforçar o bloco dos companheiros. Prestes Guimarães, mesmo asilado na Colônia Militar do Paraná, ia armando os federalistas concentrados na fronteira paranaense.

No dia 15 de março de 1893, os principais chefes federalistas publicaram um manifesto, dirigido à nação no Quartel General do Exército Libertador, em Santana do Livramento. No documento, assinado pelos chefes gasparistas, entre eles o major Prestes Guimarães, enfatizavam que não lutavam contra a República nem pretendiam a volta da Monarquia; queriam, sim, “a restauração a lei, do direito, da justiça da segurança à liberdade e aos bens e à vida de todos os cidadãos.”<sup>104</sup>

No dia seguinte ao lançamento do manifesto federalista, Prestes Guimarães assumiu o comando da 1ª Divisão do Exército Libertador do Rio Grande do Sul no local do acampamento da força revolucionária, em Santana do Livramento. Pouco tempo depois, um piquete castilhista encabeçado pelo coronel Francisco Portugal manteve tiroteio acirrado com os homens de Prestes, que, nos seus registros, atribui a vitória aos

---

<sup>103</sup> ESCOBAR, Wenceslau. Op. cit. p. 258.

<sup>104</sup> VILLALBA, Epaminondas. Op. cit. p. 4 – Documentos.



revolucionários no tiroteio de 16 de março. Segundo ele, os republicanos saíram do enfrentamento com vários mortos e feridos, ao passo que os federalistas tiveram somente dois feridos e nenhuma morte. Quando a noite chegou, a força gasparista levantou acampamento e marchou para Alegrete a fim de reforçar a 2ª Brigada do coronel Marcelino Pina. Com a união das duas forças, no dia 23 de março, ficou constituída a 1ª Divisão do coronel Marcelino Pina. Com a união das duas forças, no dia 23 de março, ficou constituída a 1ª Divisão do Exército Libertador.

O coronel republicano Santos Filho organizou um grupo de mais de mil combatentes em Cacequi e rumou para Alegrete no dia 27 de março, com o fim de retomar o poder naquele município. Entretanto, no local conhecido por Jararaca, às margens de uma sanga, os republicanos foram surpreendidos pela 1ª Divisão. Segundo narração de ambas as partes, o coronel Santos Filho foi derrotado nesse enfrentamento. O Combate da Jararaca teve largas repercussões no estado e foi marcado por atos de extrema violência: “Atrocidades praticadas pelos federalistas comandados por Prestes Guimarães e Laurentino Pinto que quando dirigia a ação, foi ferido por um oficial de suas próprias forças, cabendo aquele a missão de concluir o combate”<sup>105</sup>.

Depois de consagrar a vitória em Alegrete, a 1ª Divisão federalista seguiu, no dia 20 de abril, para a barra do Quaraí a fim de receber o armamento enviado pelo comitê revolucionário através da barca Carmelita. Eram centenas de carabinas Remington, milhares de balas e quatrocentas espadas<sup>106</sup>. A essa altura dos acontecimentos, o exército federalista contava com um efetivo de 3.200 homens, prontos a arriscarem suas vidas na luta pelo poder local.

No mesmo dia em que a divisão recebeu o armamento e a munição, Prestes Guimarães foi notificado pelo Dr. Laudon, médico do exército revolucionário, do falecimento do seu filho, Frederico Prestes Guimarães, tenente do exército de linha, ocorrido ainda em agosto de

---

<sup>105</sup> Idem, *Ibidem*, p. LIX.

<sup>106</sup> Conforme Sérgio da Costa Franco, *op. cit.* p. 57.



1892 na cidade de Bagé. A notícia da perda do filho abalou profundamente o chefe federalista, que não se conformou em não ter sido avisado disso ainda quando estava asilado no Paraná. Isso ocorria com todos aqueles que participavam diretamente das lutas nos campos de batalha, que, obrigatoriamente, tinham de eleger os ideais do partido como prioridade. A vida privada, assim como a família e os bens de cada combatente, ficavam relegados a segundo plano. Os guerrilheiros, especialmente os chefes dos corpos beligerantes, envolviam-se tanto na guerra que passavam meses inteiros e até anos sem terem notícias de sua família.

“A quase totalidade lutava por solidariedade política ou paixão partidária. E havia também como em todas as lutas de todos os tempos, aqueles para quem a guerra é um esporte, tanto mais atraente quanto maiores forem os perigos que ela oferecer.”<sup>107</sup>

Inconformado com a perda do filho, ocorrida no contexto de luta pelo poder local, e com a notícia tardia do falecimento, num ímpeto de dor, sentindo as lágrimas fluírem de seus olhos, Prestes escreveu:

Deus, em sua infinita misericórdia, há de se amercear dos que sofrem privação, vexames, injustiças e iniquidades neste mundo, que de certo não foi criado, nem é conservado para uso e regalo daqueles que não conhecem virtudes, direitos e deveres, os quais aí vão com o riso nos lábios e o fel dentro d'alma, rendendo preto aos vícios, ao crime e a tudo quanto é malefício<sup>108</sup>.

---

<sup>107</sup> FERREIRA FILHO, Arthur. *Revoluções e caudilhos*. 3 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986, p. 19.

<sup>108</sup> GUIMARÃES, Antonio Ferreira Prestes. *Op. cit.* p. 74.

Depois desse momento de dor, o chefe federalista enxugou as lágrimas, levantou a cabeça e se deu conta de que a guerra civil na qual estava envolvido, apesar de tudo, seguia normalmente.

Quando a 1ª Divisão não estava em luta com os republicanos, passava o dia inteiro cumprindo léguas e léguas em marcha, de acordo com os planos traçados pelos chefes revolucionários. À noite, os homens acampavam para repor as forças e para que os animais de montaria pudessem também descansar; por onde passavam, saqueavam estâncias e arrebanhavam gado para servir de transporte na guerra, ou carneavam-nos ali mesmo para saciar a fome.

No dia 3 de maio, ocorreu novo enfrentamento entre os corpos beligerantes, dessa vez às margens do Inhanduí, próximo a Alegre. Na batalha que iniciou à uma hora da tarde e se estendeu até a noite, encararam-se a força republicana com a cavalaria e artilharia do Exército Libertador, comandada por Antônio Vargas e Prestes Guimarães. Na avaliação dos revolucionários, por mais de uma vez a vitória sorriu aos libertadores<sup>109</sup>.

Por todo o território gaúcho, registraram-se batalhas diversas, e em Passo Fundo, no dia 4 de junho de 1893, travou-se o Combate do Boqueirão, em que a vitória prendeu para os republicanos, comandados por Gervásio Annes e Eleutério Gonçalves. O resultado favorável aos adversários provocou a dissolução temporária da força federalista no município.

Após a Batalha do Inhanduí, em novembro de 1893, Prestes Guimarães rumou para San Tomé na Argentina, de onde passou a planejar uma invasão ao território gaúcho, que deveria se realizar em novembro. Prestes reuniu lá duzentos homens e com o grupo atravessou o Rio Uruguai em embarcações precárias, atingindo Uruguaiana. Naquela cidade fronteiriça os federalistas obrigaram vários comerciantes a lhes

---

<sup>109</sup> Idem, *Ibidem*, p. 78.



fornecerem roupas e produtos de guerra; mais reforçados, rumaram, então, para São Luiz das Missões”<sup>110</sup>.

Depois dessas investidas, Prestes voltou para a Argentina e manteve-se afastado do cenário da luta por alguns meses, embora estivesse durante todo tempo muito bem informado sobre os acontecimentos no Rio Grande do Sul.

O ano de 1894 iniciou com várias batalhas pelo interior do estado. No dia 16 de janeiro, travou-se em Passo Fundo o Combate do Umbu, quando um piquete republicano vindo de Cruz Alta tentou tomar o município, encontrando resistência na localidade deste nome, próxima à cidade. Ali mesmo as forças beligerantes se enfrentaram, sendo registradas baixas de ambos os lados.

Pretendendo animar o movimento revolucionário na Serra, onde tinha bastante popularidade, em março de 1894, Prestes Guimarães retornou da Argentina. Chegando a Campo Novo, Norte do estado, o líder federalista soube que Palmeira estava tomada pelos republicanos.

Não podendo seguir via Palmeira para Passo Fundo, seu município natal, dirigiu-se (Prestes Guimarães) para Santo Ângelo, onde chegou a 13 (de março) e foi aclamado Comandante em chefe das forças serranas, pela tropa do Coronel Ubaldino Machado, que se encontrava de posse da praça<sup>111</sup>.

Logo que assumiu o posto de comandante em chefe do Exército Libertador serrano, Prestes organizou provisoriamente uma brigada de cavalaria em Palmeira e Santo Ângelo. Assim que a força republicana deixou Palmeira e rumou para Cruz Alta, o coronel Ubaldino Machado,

---

<sup>110</sup> Conforme GEHM, Delma Rosendo. Op. cit. p. 46.

<sup>111</sup> SOARES, Mozart Pereira. Op. cit. p. 182.



com os seus acaudilhados, pôde passar pela vila, antes em poder dos governistas, voltando de Santo Ângelo com destino a Passo Fundo.

Prestes Guimarães chegou a Passo Fundo em princípios de abril, atravessando os matos do rio da Várzea, juntamente com alguns poucos companheiros, e encontrando na cidade uma pequena guarnição chefiada pelo federalista Veríssimo. No mesmo dia, porém, aproximava-se de Passo Fundo, vinda de Santa Catarina, a temida Divisão do Norte, sob o mando do general Lima: “Era, pois, absolutamente impossível embargar o passo ao exército do General Lima, que voltava de Santa Catarina, e devia passar sem demora – segundo vagas notícias”<sup>112</sup>.

Sentindo que enfrentar a Divisão do Norte com um pequeno grupo armado seria uma batalha perdida, Prestes e Veríssimo refugiaram-se em Soledade, enquanto o general Lima seguia de Passo Fundo para Nonoai, Firmino de Paula, também republicano, chefiando um grupo bem armado, rumou para Palmeira, onde cercou os homens do coronel Ubaldino Machado.

Durante o mês de maio, prestes reuniu e organizou as forças de Passo Fundo e Soledade; arrebanhou cavalos e mulas que ficaram escondidas em invernadas na Serra para serem utilizadas nas investidas federalistas dali para a frente. O comandante do Exército Libertador serrano também ordenou a fabricação de lanças para os novos combates.

No dia 6 de junho, ainda de madrugada, ocorreu novo confronto entre os corpos beligerantes, dessa vez entre as forças revolucionárias de Prestes Guimarães, agora bem maior e mais bem armada, e a Divisão do Norte, comandada pelo coronel Antônio Pedro Caminha. O combate foi travado na localidade de Três Passos, meio caminho entre Passo Fundo e Soledade: “a cavalaria rebelde, atacando de surpresa, causou mais de cem baixas entre os governistas”<sup>113</sup>. O resultado do combate dos Três

---

<sup>112</sup> GUIMARÃES, Antonio Ferreira Prestes. Op. cit. p. 44.

<sup>113</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit. p. 78.



Passos, favorável aos federalistas, fez com que Gumerindo Saraiva retornasse ao cenário de luta através dos campos da Passo Fundo.

A 24 de junho, dia de São João, o exército de Gumerindo pisando o campo, devia sentir-se agradavelmente impressionado. Depois de tanto tempo e perigos, respirava, afinal, as auras das campinas Rio-Grandenses, teatro de suas glórias. Em vez de inimigo, aí encontrou soldados da mesma causa, força relativamente numerosa, e prestigiada pela recente vitória em Três Passos<sup>114</sup>.

O exército federalista ficou fortalecido depois da união das forças de Gumerindo Saraiva e de Prestes Guimarães, que totalizaram três mil homens. O novo exército, no dia 26 de junho, atravessou a cidade de Passo Fundo em forma de desfile para, em seguida, atacar e sitiá-lo Alfredo Chaves (atual município de Veranópolis), sem encontrar resistência.

Ainda no mês de junho, na Fazenda dos Melos, local conhecido como Valinhos, proximidades de Passo Fundo, travou-se uma das mais sangrentas batalhas da Revolução Federalista – a Batalha do Pulador, também chamada Batalha de Valinhos<sup>115</sup>, em que o exército federalista enfrentou a temida Divisão do Norte. “Gumerindo Saraiva liderando a tropa revolucionária, apesar de exaustos e sem alimentação pela marcha de regresso do Paraná, empenhou-se na luta contra a Divisão do Norte, comandada pelo General Lima”<sup>116</sup>.

---

<sup>114</sup> GUIMARÃES, Antonio Ferreira Prestes. Op. cit. p. 50.

<sup>115</sup> O local exato onde ocorreu a Batalha do Pulador foi no território que hoje ainda pertence ao município de Passo Fundo, no distrito de Pulador.

<sup>116</sup> MACEDO, Vera Lúcia Silveira. A violência na Revolução Federalista de 1893 e a Batalha do Pulador. Passo Fundo, 1994. Monografia (Especialização), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UPF, 1994. p. 62.



Na Batalha do Pulador, Prestes participou comandando a cavalaria federalista. Ali foram envolvidos cerca de seis mil homens de ambas, as facções, com a presença de chefes republicanos preponderantes, como Firmino de Paulo e o cel. Nascimento Vargas (pai de Getúlio Vargas). Foi uma luta sangrenta que durou seis horas, na qual foram utilizadas metralhadoras em solo Passofundense, na época, o que havia de mais moderno em material bélico. Sem poder usar a cavalaria, pelas condições do terreno irregular, os federalistas retiraram-se em direção a Soledade com graves perdas; em ambas as partes, registraram-se centenas de baixas, embora entre os revolucionários essas fossem mais sensíveis.

Gumercindo Saraiva foi morto na Batalha de Carovi, 44 dias após a Batalha do Pulador, no dia 10 de agosto de 1894. O acontecimento encheu de mágoa os federalistas de todo o interior do estado. Uma semana após a morte do chefe revolucionário, a coluna serrana de Prestes e a missioneira de Dinarte Dorneles, praticamente sem recursos para continuarem na luta, dividiram-se na região da Igrejinha, às margens do Piratini, cada grupo tomando rumos distintos. Prestes, com seus companheiros, emigrou para a Argentina, “onde se entendeu com os chefes supremos da revolução, e sendo nomeado comandante em chefe de um novo corpo do exército revolucionário, que abrangeria Cima da Serra”<sup>117</sup>.

Do país platino, Prestes articulava uma nova invasão ao estado, mas tais planos não se concretizaram, pois, antes disso, a paz foi proclamada em Pelotas, no dia 23 de agosto de 1895. A pacificação, entretanto, não significou o fim das rivalidades locais entre republicanos e gasparistas. Em todo o interior do estado, mesmo após o 23 de agosto, ainda predominavam as perseguições e os exílios. Depois de tantos meses de batalhas sangrentas, morticínios e atrocidades de todo tamanho, houve até quem não acreditasse na pacificação definitiva. “Será uma brilhante realidade a paz pactuada a 23 de agosto?... Talvez... Quanto a nós não acreditamos em paz, senão cimentada no amor, na fraternidade,

---

<sup>117</sup> GEHM, Delma Rosendo. Op. cit. p. 56.



na liberdade e justiça: porém campeia o ódio, impera a tirania e vinga em toda parte o rancor e a iniquidade”<sup>118</sup>.

Um século depois da Revolução Federalista, nos marcos históricos de alguns cenários da guerra, inauguraram-se placas alusivas ao centenário, homenageando os combatentes de ambas as facções. “Ainda hoje, passados 100 anos, não se pode dizer ao certo quem começou a carnificina, nem quem teve a maior culpa. Havia um generalizado clima de terror (...) A história de 1893 é uma catálogo de inauditas e obscenas bestialidades (...)”<sup>119</sup>.

### **3.2 Passo Fundo Pós-Revolução**

Decretada a pacificação em Pelotas, o município de Passo Fundo, assim como as diversas localidades gaúchas que foram cenário de batalhas nos quase trinta meses da Revolução Federalista, não preservou nada de atraente para os olhos de um visitante que porventura chegasse até aqui: estava praticamente desabitado. Nos lugares das fazendas de antes, só se viam destroços e uma enorme devastação; as casas, que antes abrigavam famílias inteiras, cada qual envolvida no seu labor cotidiano, após a revolução, transformaram-se em moradas de viúvas e órfãos de combatentes fervorosos, defensores perpétuos da ideias do seu partido.

---

<sup>118</sup> GUIMARÃES, Antonio Ferreira Prestes. Op. cit. p. 60.

<sup>119</sup> Fragmento retirado de uma matéria de Décio Freitas intitulada “Centenário de uma tragédia”, do jornal Zero Hora, Porto Alegre, 24 de janeiro de 1993.



A situação política desfavorável que se fez notar no Rio Grande do Sul nos primórdios da República, e que se agravou ainda mais com a Revolução de 1893, constituiu o maior obstáculo para o crescimento demográfico e o desenvolvimento econômico de Passo Fundo.

Era necessário, pois, que para a sua viabilidade se manifestassem, primeiro as duas condições opostas a tais entraves, que eram a paz e a construção da estrada de ferro já então projetada, para que, em mais oportuna investida, pudesse ele surtir nestas plagas o efeito grandioso que lhe era próprio (Oliveira: 1990, 419).

Durante treze longos anos, Prestes Guimarães permaneceu longe de município de Passo Fundo, porém jamais se manteve alheio à situação política regional e aos eventos de conotação pública ou política do Partido Federalista. Quando terminou a Revolução Federalista, o chefe gasparista serrano viveu um certo tempo em São Paulo<sup>120</sup>, seguindo depois para Rivera, no Uruguai. Talvez Prestes tivesse escolhido aquela cidade com seus correligionários que permaneceram no Rio Grande do Sul.

A vitória dos legalistas na Revolução de 1893 não chegou a dispersar os seguidores das crenças liberais de Silveira Martins. Em 1896, na capital gaúcha, os federalistas realizaram um congresso, reunindo chefes políticos importantes de todo o estado, os quais, até um ano antes, lutavam pelo lado gasparista. Nesse congresso federalista, os maragatos reafirmaram a defesa do sistema parlamentar republicano em oposição ao presidencialismo resguardado pelos castilhistas. “Na realidade, os caudilhos maragatos ao não se submeterem à constituição positivista e aos seus princípios eleitorais, preferiam o auto-exílio nas próprias estâncias do que o papel de agente passivo das decisões políticas (Flores, Elio: 1995, 59)”.

---

<sup>120</sup> Conforme informação de Sérgio da Costa Franco na introdução dos Manuscritos de Prestes Guimarães, p. 12.



Também no ano de 1896, em Passo Fundo, o coronel republicano Gervásio Lucas Annes assumiu o poder local como intendente eleito até 1900; o seu sucessor, também republicano<sup>121</sup>, governou o município até 1908. Gervásio Annes reassumiu o comando político-administrativo municipal de 1908 até 1912, quando, novamente, repassou a Intendência para o cel. Pedro Lopes, exatamente o mesmo sucessor de anos antes. Como ambos eram depositários da inteira confiança de Júlio de Castilhos e, depois, de Borges de Medeiros, com certeza, não colocariam em perigo a ordem das coisas, abafando, por meio de um complexo aparelho repressor, toda e qualquer sublevação organizada pelos federalistas.

Amenizadas as paixões políticas desencadeadas pela revolução, Prestes Guimarães, veterano da guerra mais cruel que os brasileiros testemunharam até então, não ficou imune às suas consequências: “E se na guerra o animal fascina o homem, depois dela, o corpo e a vida do herói venerado, o corpo do vencido que escapou da tortura e da mutilação, entrega-se à relutância das energias” (Flores, Elio: 1995, 60).

As eleições para senadores e deputados federais, em janeiro de 1906, certamente foram o fator motivador do retorno de Prestes ao município de Passo Fundo, depois de ano afastado da região. Os membros do Clube Parlamentarista de Passo Fundo<sup>122</sup>, entre os quais Pantaleão Prestes, irmão de Prestes Guimarães, Antonio da Silva Loureiro, Artur Schell Isler, Ernesto Morsch e Adão Isler, aguardavam ansiosos o retorno do chefe federalista local. Preste chegou à sua cidade natal no dia 12 de janeiro através do transporte coletivo mais usado na época: o trem.

---

<sup>121</sup> O Tenente-coronel Pedro Lopes de Oliveira foi intendente municipal de 1900 até 1908.

<sup>122</sup> Segundo informa Delma Gehm, em Passo Fundo através do tempo, o Clube Parlamentarista foi fundado em Passo Fundo em 29 de junho de 1904 e servia como ponto de encontro dos maragatos passo-fundenses.

A volta do líder gasparista a Passo Fundo, com certeza, motivou o reaquecimento do federalismo no município, entretanto os resultados das eleições não foram favoráveis aos federalistas.

Contudo demonstraram que as posições se equilibravam, ainda mais sabendo-se como se processavam, então, as apurações sempre viciosas, em favor do situacionismo. Para ser conhecida a força federalista em Passo Fundo, seguirá, em dados, os resultados em Passo Fundo: republicanos, 487 votos, em Pinheiro Machado; federalistas, 438 votos em Aureliano Barbosa (Gehm; 1978, 72).

Assim que retornou a Passo Fundo, Prestes Guimarães reabriu sua banca de advocacia e participou do diretório do Partido Federalista até seus últimos tempos, porém sem hostilizar publicamente os seus adversários governistas. No dia 19 de setembro de 1911<sup>123</sup>, então com 74 anos de idade, deixou de viver na terra em que havia nascido, provavelmente vítima de alguma enfermidade comum das pessoas idosas de seu tempo.

A morte do chefe federalista de Passo Fundo e da serra teve a maior repercussão no Estado. As suas exéquias foram grandemente concorridas e mais de uma centena de telegramas e condolências foram enviados à família enlutada, de todos os pontos do Estado, com expressões as mais sentidas (Gehm: 1978, 79).

---

<sup>123</sup> Segundo o trabalho manuscrito Dados biográficos de Antonio Ferreira Prestes Guimarães, o falecimento de Prestes teria ocorrido em 17 de setembro de 1911. Em consulta ao Cartório de Registros Cíveis de Passo Fundo em janeiro de 1997, não se encontrou a certidão de óbito de Prestes Guimarães nos arquivos. Somente pôde-se confirmar a data do seu falecimento após conferência no seu túmulo, no Cemitério Municipal da Vera Cruz em Passo Fundo.



Três década após o falecimento de Prestes Guimarães, os seus descendentes e correligionários continuam prestando-lhe homenagens através de diversas manifestações públicas, como esta notificada por um jornal Passofundense:

A comissão abaixo convida a população em geral para a romaria que será levada a efeito ao túmulo de insigne Passofundense, Gal. Antônio Ferreira Prestes Guimarães, no dia 20 do corrente, as 10 ½ horas, comemorando assim, a passagem do 30º aniversário de seu falecimento. Eduardo Barreiro, Argemiro Camargo, Dinobert Caminha, João Cony e Francisco Medeiros (O Nacional: 1941, 1)<sup>124</sup>.

Anos mais tarde, inaugurou-se uma escola estadual de 1º grau com o nome Prestes Guimarães; também mais recentemente, em 1996, por iniciativa do Grupo Pró-Memória de Passo Fundo, erigiu-se um busto em homenagem ao advogado Passofundense que se fez guerrilheiro na defesa das crenças liberais de Gaspar Silveira Martins.

---

<sup>124</sup> Nota publicada no jornal O Nacional de Passo Fundo, segunda-feira, 15 de setembro de 1941. N. 3976 ano XVII, p. 1



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quando chegamos ao final de uma pesquisa histórica, normalmente, fazemos a seguinte constatação: estamos com mais dúvidas do que aquelas que possuíamos no início dos trabalhos. Feliz constatação! É sinal de que a experiência vivida continua provocando questionamentos, e mais do que isso: desafia-nos a ir além, a prosseguir nas trilhas da investigação científica.

Para analisar determinados aspectos de uma região, é preciso, antes, perceber que a historiografia está carregada de conceitos e valores previamente concebidos. Frente a essa situação, tem-se bem assimilada a questão de que todo conceito é uma síntese de um processor mais amplo, sendo tendência de todo o pesquisador tomar o conceito como ponto de partida e não como ponto de chegada. Entretanto, o conceito em si é um elemento vago, que anula os demais elementos. Todo aquele que estuda a história com base em conceitos e valores corre o risco de criar antipatia por ela; por outro lado, ao estudá-la a partir de experiências humanas, de homens que viviam em conflitos essencialmente políticos, porque todo o ser é um ser político, torna-se uma prática bem mais prazerosa.

O presente trabalho, apesar de não ter a pretensão de consolidar-se como um tema pronto, demonstrou que a trajetória política de Antônio Ferreira Prestes Guimarães como chefe federalista local pode mostrar um outro lado da história na medida em que questiona o oficialismo positivista da história do Rio Grande do Sul. O que se procurou evidenciar com este trabalho, que se pretende científico, não é uma posição individual como historiadora frente à trajetória política de um líder maragato Passofundense no período de transição da Monarquia para a República, porém, por mais que se lute, não se pode deixar de olhar o passado de um ponto de vista particular. “Nossas mentes não refletem a realidade. Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas



e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra (Burke: 1992, 15)”.

Em momento algum, objetivou-se enaltecer o indivíduo Prestes Guimarães, relegando ao resto da humanidade um papel secundário na história, prática corriqueira entre os historiadores tradicionais. Pretendeu-se, sim, desmistificar a tendência positivista linear que, por longos anos, prevaleceu na historiografia deste estado.



## **BIBLIOGRAFIA**

Aita, Carmen; AXT, Gunter e ARAÚJO, Vladimir (Orgs). Parlamentares gaúchos das cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996/ Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.

ÁVILA, Ney Eduardo Possap d'. Passo Fundo Terra de Passagem. Passo Fundo: Aldeia do Sul, 1996.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In BENJAMIN, Walter. Magia, técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORGES, Vavy Pacheco. O que é história. São Paulo: brasiliense, 1989.

BOMANN, Joséá Bernardino. Dias fratricidas: memórias da Revolução Federalista no estado do Paraná. Curitiba: Tipografia da Livraria Econômica, v. 1, 1901.

BURKE, Peter (Org.) A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

COLUSSI, Eliane Lucia. Estado Novo e municipalismo gaúcho. Passo Fundo: Gráfica e Ed. UPF, 1996.

COSTA, Emília Viotti. Da Monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DOCCA, Emílio Fernandes de Sousa. História do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Edição da Organização Simões, 1954.

DOURADO, Ângelo. Voluntários do martírio: narrativa da Revolução de 1893. Ed, fac-similada de 1896. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

ESCOBAR, Wenceslau. Apontamentos para a história da Revolução Rio-Grandense de 1893. Porto alegre: Globo, 1920.

FÉLIX, Loiva Otero. As relações coronelísticas no Estado borgista: discussão historiográfica. In Estudos Leopoldenses. V. 28, n. 127, maio-jun., 1992.

FERREIRA FILHO, Arthur. História geral do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1978.

FERREIRA FILHO, Arthur. Revoluções e caudilhos. 3 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.

FLORES, Elio Chaves. Juca Tigre e o caudilhismo maragato: poder, tempo e memória. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1995.

FLORES, Moacyr. 1893-1895: A Revolução dos Maragatos. Porto Alegre: Edipucrs, 1993.

FLORES, Moacyr & FLORES, Hilda Agnes Hubner. Rio Grande do Sul: aspectos da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993.

FRANCO, Sérgio da Costa. A Guerra Civil de 1893. Porto Alegre: Ufrgs, 1993.

GEHM, Delma Rosendo. Passo Fundo através do tempo. Passo Fundo: Multigraf, v. 1, 1978.

GUIMARÃES, Antônio Ferreira Prestes. A Revolução Federalista em Clima da Serra. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

JANOTTI, Maria de Lourdes. O coronelismo: uma política de compromissos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs.). História: novas abordagens. 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1988.

KNEIPP, Cecília Borges & LOPES, Yrena Lúcia Knack. Dados biográficos de Antônio Ferreira Prestes Guimarães. Passo Fundo: Grupo Pró-Memória, 1995, 13 p. (trabalho manuscrito).

MACEDO, Vera Lúcia Silveira. A violência na Revolução Federalista de 1893 e a Batalha do Pulador. Passo Fundo, 1994. 96p. Monografia (Especialização), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de passo Fundo 1994.

MELO, Mariluci Vieira. O processo de industrialização no município de Passo Fundo nas décadas de 1930 e 1940. Passo Fundo, 1994. (Monografia de conclusão de graduação). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, 1994.

OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. Annaes do município de Passo Fundo. Coord. Por Marília Mattos ( outros). Passo Fundo: Gráfica e Ed. UPF 1990, v. 3.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A Revolução Federalista. São Paulo; Brasiliense, 1983.

PICCOLO, Helga Landgraf. A política rio-grandense no Império. In: DACANAL, J. H. e GONZAGA, S. (Orgs). RS: Economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

RODRIGUES, Francisco Pereira. O Governicho e a Revolução Federalista. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990.

SOARES, Mozart Pereira. Santo Antônio da Palmeira. Porto Alegre: Bels, 1974.

VILLABA, Epaminondas. A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul: documentos e comentários. Rio de Janeiro: Laemmert, 1897.

## **FONTES PRIMÁRIAS**

ANNAES da Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Sul. 17ª Legislatura (1877) e 24ª Legislatura (1889).

Coleção das Leis do Império do Brasil de 1824. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

Constituição Federal e Constituições dos Estados (org. P. Domingues Vianna). Rio de Janeiro: F. Briguiet e Cia. Editores, 1911.

Diário da Manhã – Passo Fundo, 25 de junho de 1994 – Caderno Especial.

Histórico da Câmara Municipal de Passo Fundo: 1857-1988. Passo Fundo: Berthier, 1988.

O Nacional – Passo Fundo. Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo, 1941.

Zero Hora – Porto Alegre, 24 de abril de 1993 – Cultura Especial.

### Locais de Pesquisa

- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Porto Alegre
- Arquivo Histórico Regional – Passo Fundo
- Centro de Pesquisa e Documentação da História Política do Rio Grande do Sul (Solar dos Câmara) – Porto Alegre.
- Grupo Pró-Memória de Passo Fundo.





[Catálogo do Projeto Passo Fundo](http://www.projetopassofundo.com.br)  
[www.projetopassofundo.com.br](http://www.projetopassofundo.com.br)



# Cadernos Temáticos de Cultura Histórica

**Nº 1 - IDENTIDADE**

**Nº 2 - O DISCURSO TENTISTA  
NA CONSTITUINTE DE 1933**  
o binômio/centralização/descentralização

**Nº 3 - ASPECTOS DA MAÇONARIA  
EM PASSO FUNDO (1876-1925)**

**Nº 4 - ELEMENTOS PARA O ESTUDO  
DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA**

**Nº 5 - AS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS  
DA IGREJA CATÓLICA  
DE 1955 A 1965**



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO



Passo Fundo



978-85-8326-053-0